



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL [PROFHISTÓRIA]

RETÁBULOS DA ANTIGA MATRIZ DO SENHOR BOM JESUS DE
CUIABÁ: PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL

FELIPE HONÓRIO CORREIA RIBEIRO

Cuiabá - MT
2018

FELIPE HONÓRIO CORREIA RIBEIRO

**RETÁBULOS DA ANTIGA MATRIZ DO SENHOR BOM JESUS DE
CUIABÁ: PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – ProfHistória, do Instituto de Geografia, História e Documentação, da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientador: Professor Dr. Renilson Rosa Ribeiro

Cuiabá - MT
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

R484r Ribeiro, Felipe Honório Correia.
Retábulos da Antiga Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá:
Produção de material didático para educação patrimonial / Felipe
Honório Correia Ribeiro. -- 2018
93 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Renilson Rosa Ribeiro.
Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal de
Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino
de História, Cuiabá, 2018.
Inclui bibliografia.

1. Ensino de História. 2. Produção e difusão de narrativas
históricas. 3. Patrimônio acervos e museus. 4. Retábulos. 5. Igreja
Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA - PROFHIS
Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367 - Boa Esperança - Cep: 78060900 - Cuiabá/MT
Tel : 65 3313-8493 - Email : anamariamarques.ufmt@gmail.com

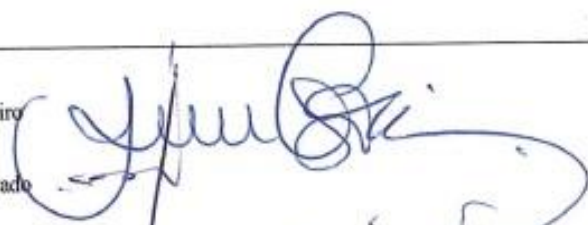
FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO : "Retábulos da antiga Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá: produção de material paradidático para Educação Patrimonial"

AUTOR : FELIPE HONÓRIO CORREIA RIBEIRO

defendida e aprovada em 25/10/2018.

Composição da Banca Examinadora:

Presidente Banca / Orientador	Doutor(a)	Renilson Rosa Ribeiro	
Instituição :	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS		
Examinador Interno	Doutor(a)	Nileide Souza Dourado	
Instituição :	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO		
Examinador Externo	Doutor(a)	Mairon Escorsi Valério	
Instituição :	Universidade Federal da Fronteira Sul		
Examinador Suplente	Doutor(a)	Jaqueline Aparecida Martins Zarbato	
Instituição :	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul		

CUIABÁ, 25/10/2018.



Profª. Dra. Ana Maria Marques
Coordenadora de Programa de Pós-graduação
Mestrado Profissional em Ensino de História
IGHD / UFMT
SIAPE: 1647082

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente as instituições CNPq/Capes por financiarem minha educação desde a graduação ao mestrado. Certamente sem o programa de auxílio estudantil e incentivo à pesquisa destas instituições eu certamente não teria concluído meus estudos e não seria capaz de contribuir com a educação através das reflexões que trago nesse trabalho; então fica aqui meu profundo agradecimento.

Aos meus professores, fica aqui registrado meu agradecimento. Obrigado por me inspirarem naquilo que hoje é a minha vida: à docência. Suas aulas se refletem no professor que sou hoje, nas reflexões encontradas nesse trabalho e no *dever* de minha profissão. Obrigado, obrigado por acreditarem. Vocês mudaram a minha vida!

Obrigado professora Ana Maria Marques por me incentivar e acreditar em mim quando eu ainda era graduando.

Grato a professora Viviene Lozi Rodrigues por contribuir tanto com este trabalho em diversas etapas; por ceder parte de seu acervo pessoal e por facilitar por diversas vezes o meu acesso à museus, acervos e locais onde coletei dados essenciais à essa pesquisa.

Ao professor Renilson Rosa Ribeiro, eu registro aqui meus agradecimentos e profundo orgulho do ser humano que você é. Obrigado por me inspirar, por acreditar em mim e por toda a ajuda e compreensão durante esses anos. Obrigado por me ensinar a oferecer sempre o melhor de mim ao mundo.

Gostaria de agradecer profundamente minha mãe e meu pai. Não estaria aqui sem o apoio de vocês e a vontade de honra-los.

Aos meus amigos, colegas de curso e profissão eu não tenho palavras para descrever o quão grato eu sou por não me deixarem me perder pelo caminho. Obrigado!

Registro aqui também meus agradecimentos à minha companheira Evilyn. Somos eu e você; tudo isso é a soma de nós dois.

Ao meu filho, Áries, obrigado por ser a minha força, por transformar cada sorriso em pura determinação. Nada no mundo me trouxe mais felicidade do que a oportunidade de te ver crescer. Todo o esforço empenhado nesses anos foi em dedicação a você meu filho. Te amo!

RESUMO

A partir da análise do processo de tombamento n. 553-T-57-A. (01450.013234/2008-47) IPHAN/DET/MT, referente ao conjunto de quatro retábulos da Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, esta dissertação tem o objetivo de servir como estudo teórico e metodológico para a elaboração de um Guia Didático de Ação Educativa para visita ao Museu de Arte Sacra de Mato Grosso pelas escolas orientado a partir da perspectiva de Educação Patrimonial. Portanto, buscou-se efetivar a elaboração de um material que possibilitasse estabelecer um equilíbrio entre a leitura e análise de documento enquanto fontes primárias de investigação histórica; e, ao mesmo tempo proporcionasse o enriquecimento da experiência com espaços de memória; como em específico nesse caso, museus.

Palavras-chave: Ensino de História; Produção e difusão de narrativas históricas; Patrimônio acervos e museus; Retábulos; Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá; Guia Didático.

ABSTRACT

From the analysis of the process of tombamento n. 553-T-57-A. (01450.013234 / 2008-47), this dissertation aims to serve as a theoretical and methodological study for the elaboration of a Didactic Guide to Action Educational visit to the Museum of Sacred Art of Mato Grosso by schools guided from the perspective of Heritage Education. Therefore, the aim was to prepare a material that would allow a balance between reading and document analysis as primary sources of historical research; and at the same time provide the enrichment of the experience with memory spaces; as in this particular case, museums.

Keywords: History teaching; Production and diffusion of historical narratives; Heritage collections and museums; Retables; Mother Church of Senhor Bom Jesus de Cuiabá; Didactic guide.

*Dedico ao meu pai.
Hoje sei o que é mestrado;
Para que serve;
E, principalmente, quando termina.*

SUMÁRIO

Introdução, p. 11

Capítulo 1 - Educação Patrimonial: Leituras e experiências, p. 17

1.1 Educação Patrimonial: um espaço de experiência no ensino de História, p. 17

1. 2 Educação Patrimonial: reflexões sobre a instrumentalização de leitura daquilo que constitui o Patrimônio de uma sociedade, p. 36

Capítulo 2 - Trajetórias dos retábulos e o patrimônio sacro cuiabano, p. 45

2.1 De processo em processo..., p. 45

2.2 De onde vieram os retábulos, p. 49

2.3 Considerações, p. 63

2.4 Imagens e histórias, p. 65

Capítulo 3 - Construção de um guia didático de ação educativa para visita ao MASMT pelas escolas orientado a partir da perspectiva de educação patrimonial. Um instrumento de leitura e enriquecimento da experiência com patrimônio de cultura material, p. 79

3.1 Fontes primárias de investigação histórica na sala de aula, p. 79

3.2 Educação patrimonial e a construção do material paradidático de história que enriqueça a experiência de aprendizagem em museus, p. 81

Considerações Finais, p. 90

Referências, p. 92

INTRODUÇÃO

Sendo palco de diversas transformações em sua fisionomia, desde que fora erguida em 1722, pelo capitão-mor Jacinto Barbosa Lopes, a Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá abrigou em seu interior por quase dois séculos e meio, retábulos que refletiam toda a exuberância e requinte dos estilos arquitetônicos do período colonial. Com a demolição da Matriz em 1968, os retábulos foram desmontados e retirados do templo, sendo armazenados de forma inapropriada, condenando-os ao esquecimento. Ao acompanhar seu tortuoso processo de tombamento, esta pesquisa busca tornar esses retábulos como documentos que revelam vestígios da vida cotidiana e do imaginário da época, destacando questões políticas envolvendo relações de poder, que em seus múltiplos desfechos alterou significativamente a memória cuiabana, como já anunciava Ludmila Brandão.

O objetivo no decorrer deste trabalho foi o de elaborar um Guia Didático de ação educativa para a visita ao MASMT pelas escolas, orientado sob a perspectiva da Educação Patrimonial; cujo o qual apresente uma narrativa que ilustre as transformações ocorridas na Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá e no espaço urbano entorno da mesma, a partir da trajetória dos bens patrimoniais tombados pertencentes à referida igreja; sendo eles o conjunto de retábulos remanescente da Antiga Matriz de Cuiabá, hoje protegidos sob a tutela do processo de tombamento n. 553-T-57-A (01450.013234/2008-47) IPHAN/DET/MT.

Portanto, buscou-se efetivar a elaboração de um material que possibilitasse estabelecer um equilíbrio entre a leitura e análise de documento enquanto fontes primárias de investigação histórica; e, ao mesmo tempo proporcionasse o enriquecimento da experiência com espaços de memória; como em específico nesse caso, museus. Tendo em vista ainda, que tais peças possuem a particularidade de estarem remontadas e prontas para exposição no Museu de Arte Sacra de Mato Grosso; além de terem seu processo de tombamento exposto em domínio público.

Portanto estudar estes retábulos nos leva a problematizar questões do passado, fornecendo a pesquisadores e professores instrumentos que possibilitam diferentes interpretações do tempo presente a serem trabalhadas com seus alunos em sala de aula, dando-lhes instrumentos para perceber o mundo a sua volta de maneira crítica, aptos a inferências no mundo real.

O primeiro capítulo será dedicado a realizar o estudo teórico e metodológico referente à educação patrimonial. O intuito é o de realizar o “estudo da arte” sobre o tema; indicando sob quais pressupostos esta pesquisa se ampara, a fim de criar possibilidades de ação educativa no âmbito da Educação Patrimonial. O nome do capítulo faz referência a necessidade de se instrumentalizar o aluno a “ler” os objetos patrimoniais a partir das aulas de história. Observando-os assim, para além de sua materialidade, com o objetivo de enriquecer a sua experiência ao ter contato com tais objetos; no caso específico desta pesquisa, os bens patrimoniais tombados pelo processo nº 553-T-57-A (01450.013234/2008-47) IPHAN/DET/MT.

A análise que apresento no segundo capítulo desta dissertação visa apresentar uma investigação acerca da produção escrita sobre os altares da antiga Igreja Matriz do Senhor bom Jesus de Cuiabá que em decorrência de sua demolição em 1968, foram desmontados e retirados do templo, pouco antes do uso da dinamite, sendo armazenados de forma inapropriada, condenando-os ao quase esquecimento restando deles apenas vestígios, como as poucas fotografias; os poemas, e também relatos de cronistas que passaram por uma Cuiabá colonial. Afinal, mesmo depois de reconstruída não se encontrara espaço e nem interesse, por parte do poder eclesiástico local, de resgatá-las.

Daí para frente pouco ou nada se falou acerca destes retábulos, privando a população de vestígios que levam a um itinerário de relações de poderes, uma rota que passa por Goiás, São Paulo, que fazem-nos conhecer os estilos artísticos de uma época, cujo diálogo é também intenso com a arte e arquitetura europeia.

E dentro da história lidamos com a escassez de documentos a respeito dos retábulos. Todavia, estes não passaram tão despercebidos, descrições destes altares já haviam sido feitas antes.

Na ausência de fontes “oficiais”, as crônicas, sonetos e outros signos, apresentam seus modos de falar, quebrando um silêncio da História.

Esta pesquisa encaminhou-se neste sentido. A historiografia da própria Catedral do Senhor Bom Jesus de Cuiabá foi quem apontou o caminho. Logo nos valemos de várias tipologias de documentação que foram desde recortes de jornais, entrevistas, pesquisas *in loco* das peças, textos historiográficos e fotografias.¹

O capítulo se divide em quatro partes. E foi resultado do trabalho desenvolvido - quando ainda graduando - de pesquisa e catalogação dos já referidos retábulos, através do programa de parceria PROExt – UFMT e Museu de Arte Sacra no ano de 2012.

A primeira parte se ocupa de analisar os principais aspectos do longo e tortuoso processo de tombamento do conjunto de quatro retábulos colaterais da igreja que teve seu início na segunda metade de 1950 por iniciativa de Edgard Jacinto da Silva.

A segunda parte deste capítulo esquadrinha pela historiografia referente ao conjunto de retábulos, de maneira a criar uma narrativa onde seja possível visualizar as transformações ocorridas na Igreja Matriz desde o século XVIII até a segunda metade do século XX e localizar nessas transformações vestígios da construção dos retábulos buscando entender à qual momento da história de Cuiabá eles pertencem, quais seus significados, suas características artísticas e arquitetônicas; quem esteve envolvido em sua construção e reformas e quais as tramas que envolvem a sua elevação a categoria de Patrimônio de Cultura Material Brasileiro, sendo um bem artístico tombado.

Tendo em vista os dados fornecidos pela obra de Rubens de Mendonça, intitulada *Igreja e sobrados de Cuiabá*, os altares começam a ser construídos a partir de 1740, quando a Catedral é enfim reconstruída sob a direção do Pe. José Pereira de Aranda. No decorrer da pesquisa surgiu em diversos momentos a dúvida: quem fora o responsável pela talha dos altares? Sem rodeios, a documentação não se ocupa de

¹ Fica aqui novamente meus agradecimentos a Viviane Lozi Rodrigues, que durante o todo decorrer deste trabalho – desde as funções desenvolvidas sob sua coordenação no MASMT – contribuiu permitindo total acesso às peças e aos documentos pertencentes a instituição; além de ceder parte de seu acervo fotográfico para a elaboração deste trabalho. A competência e responsabilidades com que coordenou o Museu de Arte Sacra de Mato Grosso refletem-se em toda a atenção dada ao processo de preservação, restauro e remontagem dos retábulos.

responder tal questão. No decorrer da pesquisa não foi encontrado nada que mencionasse em específico, quem de fato talhou as obras, e é provável que não exista mesmo esses registros. Para saber então quem esteve envolvido nos processos de feitura e composição, valemo-nos de conjecturas aproximativas da resposta. Durante o decorrer da pesquisa não fora encontrado nada que mencionasse em específico, quem de fato talhou as obras, e é provável que não exista mesmo qualquer referência, tendo em vista que a prática de se dar autoria a uma obra só se estabelece de fato a partir do século XIX, portanto muito depois das talhas terem sido concluídas. Logo, restou saber então quem esteve envolvido em sua composição.

Sabe-se que cada confraria fora responsável pela construção de seus respectivos altares. Fica evidente que os primeiros altares a serem construídos/finalizados, foram os do cruzeiro e o colateral esquerdo, de estilos barroco-rococó, como mencionado antes, e que o altar colateral direito, dedicado a São Miguel e Almas de estilo neoclássico, assim como o altar-mor, agora com características neoclássicas, foram finalizados depois, tendo em vista que a confraria mais nova dentre as três é justamente a de São Miguel e Almas, e que os estilos barroco e rococó são anteriores ao neoclássico.

Portanto, a documentação nos elucida que todos altares pertencem a segunda metade século XVIII, a dúvida seria a respeito do altar dedicado a São Miguel e Almas que pelo seu estilo seria mais certo especular que fosse do início do século XIX. Eles trazem consigo traços marcantes de uma arte que exige uma erudição aguçada para compor todos os traços com signos e símbolos preciso do imaginário cristão da época.

Mas a importância destes retábulos não está só em seu valor artístico. Eles enquanto patrimônio histórico nos revelam vestígios do jogo político cujo discurso de transformação modernizante protagonizou o cenário político e econômico da capital do Estado do Mato Grosso a partir da década de 1960, uma vez que parte da elite da capital mato-grossense encontrava-se preocupada com a crescente eminência do poder econômico e sociopolítico da região sul do estado.

A terceira parte do capítulo se ocupa de realizar algumas considerações finais acerca dos retábulos que hoje protegidos, e remontados sob a tutela do documento

n. 553-T-57-A (01450.013234/2008-47) IPHAN/DET/MT, mostram-se como uma importante ferramenta de investigação do passado, revelando aspectos da vida cotidiana da população cuiabana e do cenário político da época, que marcado por disputas de poder, culminaram no processo de transformação modernizante da capital, responsável por grande parte das atrocidades cometidas aos monumentos e espaços de memória.

Por último, o capítulo fecha com um conjunto de imagens dos referidos retábulos. Algumas já foram publicadas e outras são pertencentes a acervos pessoais. Fica registrado o profundo agradecimento à professora Vivienne Lozi por gentilmente ceder fotos de seu acervo pessoal.

O terceiro capítulo desta dissertação se ocupa em realizar algumas reflexões sobre o *dever* de elaborar um Guia Didático de ação educativa para a visita ao MASMT pelas escolas, sob a perspectiva da Educação Patrimonial. O objetivo deste capítulo é estabelecer um diálogo direto com o primeiro a fim de elencar os parâmetros que orientaram a construção do referido material a partir do estudo do conjunto de quatro retábulos da antiga Matriz e está dividido em três partes.

A primeira parte do capítulo traz algumas reflexões sobre o uso de fontes primárias nas aulas de história entendendo que elas são necessárias no processo de ensino e aprendizagem na medida em que permitem que o aluno seja proativo no ato de questionar, e estão presentes das mais variadas formas nos livros e materiais didáticos de história.

Para além, o princípio teórico que orienta este trabalho reside na compreensão do conceito de documento-monumento, apropriado por Jacques Le Goff, na obra *História e Memória*, sendo ele de substancial importância no processo de ensino e aprendizagem; por que conduz o aluno ao questionamento do documento enquanto algo cuja sua produção não escapa de tensões e ações humanas, desde a sua fabricação quanto a sua elevação há categoria de monumento histórico.

A segunda parte deste capítulo tem o objetivo de estabelecer os parâmetros teóricos norteadores na construção do guia didático de ação educativa para visita ao MASMT e quais os principais procedimentos metodológicos na elaboração deste material.

Entendendo que museus em especial são espaços que oferecem a possibilidade de uma experiência quase que de imersão em um determinado universo, cada peça exposta num espaço como esse remonta aspectos da cultura material e imaterial de nossos antepassados, e em si são portadores de informações sobre costumes, técnicas, condições econômicas, ritos e crenças. De modo que enquanto instituição pública torna-se, portanto, instrumento de ensino e aprendizagem. Nesse sentido as ações voltadas para o ensino têm, cada vez mais, se centrado na relação com a comunidade local; com processo de ensino e aprendizagem; e os produtos dali resultantes e utilizados.

Portanto, buscou-se efetivar a elaboração de um material – em anexo na terceira parte deste capítulo - que possibilitasse estabelecer um equilíbrio entre a leitura e análise de documento enquanto fontes primárias de investigação histórica; e, ao mesmo tempo proporcionasse o enriquecimento da experiência com espaços de memória; como em específico nesse caso, museus. Assim o material orientado através da perspectiva da educação patrimonial, justamente para aproximar os jovens alunos de seu próprio patrimônio e ao mesmo tempo promover instrumentos de análises que permitam os estudantes a questionarem objetos como retábulos de madeira, que foram elevados a categoria de patrimônio, enquanto documento tendo em vista ainda, que tais peças possuem a particularidade de estarem remontadas e prontas para exposição no Museu de Arte Sacra de Mato Grosso; além de terem seu processo de tombamento exposto em domínio público.

A última parte deste capítulo traz consigo o produto desta dissertação. Trata-se de um material em formato digital desenvolvido para ser acessível a todos, elaborado na esperança de aproximar a comunidade cuiabana um pouco mais de seu próprio patrimônio. Boa leitura...

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: LEITURAS E EXPERIÊNCIAS

1.1 Educação Patrimonial: um espaço de experiência no ensino de História

Muito se vem discutindo nos dias de hoje sobre a importância/significância de se compreender as relações de ensino e aprendizagem estabelecidas em sala de aula. Algumas indagações revelam aspectos de tensões vivenciadas, - talvez mais do que se imagina o senso comum- no cotidiano escolar.

Indagações como: por que os alunos não aprendem? Quem está falhando, professor ou aluno? A culpa é do material didático? É a falta de tempo? Recursos? Falta metodologia? Enfim, todas essas questões levam a problematizar o cotidiano escolar, suas práticas e a experiência fruto da relação de ensino e aprendizagem estabelecida no ambiente escolar e fora dele.

Trata-se, portanto, de importantes reflexões sobre esse “espaço de compartilhamento de significados”² que é a sala de aula; suas relações com o ensino e os instrumentos e métodos que possam favorecer um melhor aproveitamento para o aluno durante seu período de ensino e aprendizagem.

Fazendo referência a Thompson, as pesquisadoras Maria Auxiliadora Schmidt e Tânia Garcia entendem que a “história estuda a vida de todos os homens e mulheres, com a preocupação de recuperar o sentido de experiências individuais e coletivas”.³ Nesse sentido as aulas de história devem fornecer instrumentos para que o aluno perceba o passado como fruto de ações humanas, com intencionalidades, que em suas múltiplas práticas e vivências deixaram vestígios.

² SCHMIDT; GARCIA, 2005, p. 297-308.

³ Idem, p. 299.

E tais vestígios, ao serem questionados criticamente, com certo rigor metodológico e lido a partir de suas referências culturais, servem como fontes para desvelar características de sociedades passadas, abrindo margens, então, para novas interpretações; e essas novas interpretações são passíveis de serem observadas em sala de aula, desde que professor e aluno, ambos estejam comprometidos e envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Thompson já foi duramente criticado por levar em consideração aspectos culturais de uma sociedade para analisá-la sendo acusado de fugir demais da lógica estruturalista e materialista marxista; porém para esse autor o espaço de experiência está intrinsicamente ligado com as relações individuais e coletivas que os sujeitos estabelecem em sua sociedade, de modo que, estas relações dão significado à vários símbolos que vão ilustrar e nortear diversas das ações destes sujeitos. Como sinalizam Liane Bertucci e Luciano Filho, Thompson

[...] concebe que a estrutura (entendida aqui não apenas como estrutura econômica, mas como os diferentes elementos que organizados permitem a vida em sociedade) determina a ação e a consciência humana, por outro lado ele também propõe que a história não é predeterminada e que é a ação criativa dos homens e mulheres que fazem história, ou seja, que em última instância o que importa ao historiador é entender o processo histórico.⁴

Logo, de acordo com Thompson, é preciso respeitar e levar em consideração as ações humanas no fazer historiográfico, e essas ações, referidas aqui, se fazem tanto no passado como no tempo presente. Se fazem no devir da disciplina. Através da forma como questionamos nosso objeto de análise, ou no ofício de professor, como instrumentalizamos nossos alunos a questionarem o mundo a sua volta, sabendo enxergar os vestígios do passado, que transformados em fontes, dão significado e sentido ao tempo presente. Sendo o presente resultado de processos históricos as vezes alheios a eles, outras vezes, não.

⁴ BERTUCCI, Liane Maria; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Experiência e cultura: contribuições de E. P. Thompson para uma história social da escolarização. Currículo sem Fronteiras, v. 9, n. 1, jan./jun. 2009, p. 12.

Esta noção de experiência da qual se refere Thompson “implica, necessariamente, o reconhecimento dos sujeitos como reflexivos que, em suas ações, repõem continuamente o movimento da história”.⁵

Portanto é essencial que o professor, e aqueles que se debruçam sobre a problemática do ensino, enxerguem o aluno como

[...] um sujeito ativo, trata-se de alguém que constrói suas próprias categorias de pensamento, que compara, exclui, ordena, categoriza, classifica, reformula, comprova, formula hipóteses, tanto numa ação interiorizada como numa ação concreta cujo o comportamento seja observável.⁶

Sendo assim o aluno não é uma tabula rasa, passivo e alienado em seu estudo, ao que o professor lhe diz e principalmente ao que está presente em seu livro didático. Ele questiona, e de seus questionamentos resultará outras interpretações, baseada na experiência vivenciada por esse aluno, afinal seu processo de ensino já fora iniciado muito antes de ingressar à escola.

Cada aluno ou aluna traz consigo um universo pessoal, às vezes, esse universo é compartilhado mais largamente através de e com laços familiares ou comunitários, as vezes não; mas sem sombra de dúvida este aluno ou aluna já possui um princípio de consciência histórica, que no decorrer de sua formação, acadêmica e pessoal, irá se desenvolver.

Esta consciência se manifesta através dos significados atribuídos por esses jovens as suas tradições familiares, seu linguajar, religiosidade, costumes e culturas, bem como no significado que também atribui ao bairro em que vive, às reuniões de comunidade, as festas populares e por que não, às praças e edificações de sua cidade. E esse “... processo de interpretação revela que a realidade (do passado e do presente) não é absoluta, mas vai sendo construída com base nas características sociais e culturais dos sujeitos e nas relações específicas que desenvolvem com elas”.⁷

⁵ Idem.

⁶ CAIMI, Flávia Eloisa. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. Tempo, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, jul. 2006, p. 21.

⁷ NAKOU, Irene. Educação histórica: o uso de ferramentas culturais relacionadas com a diversidade de experiências e atitudes dos estudantes. Currículo sem fronteiras, v. 7, 2007, p 137-159.

A grande questão está no fato de que muitos jovens não se sentem pertencentes ao universo à sua volta, por que, em grande medida, não conseguem situar-se ao passado deste universo. Muitos dos significados atribuídos ao mundo social que compartilha, foram estabelecidos por outros, alguém de sua vivência, pertencente à um passado não compartilhado. E isto é um problema. De acordo com Eric J. Hobsbawm, “ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo.”⁸ O que não ocorre com a maioria da juventude brasileira. Portanto, resulte talvez daí a grande crise de identidade que vivenciamos neste primeiro quarto de século.

Inegavelmente então, como bem lembra Marcos Silva e Selva Guimarães Fonseca, na obra *Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido*: “A consciência histórica do aluno começa a ser formada antes do processo de escolarização e se prolonga no decorrer da vida, fora da escola, em diferentes espaços educativos, por diferentes meios”. Ou seja, as atribuições de mundo que se tornarão seus referenciais dependerão das relações e experiências que vivenciará no decorrer de seu desenvolvimento e formação como cidadão e estudante. Nas palavras do próprio Thompson, “os valores não são ‘pensados’, nem ‘chamados’; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias”.⁹

Tendo isso em mente, aluno e professor tornam-se, ambos, sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem, dando diversos significados ao mundo em sua volta, construindo signos a partir de suas experiências, memórias, tradições e culturas. Logo o “[...] o processo de escolarização, e as culturas escolares não são um pressuposto, elas são o processo e o resultado das experiências dos sujeitos, dos sentidos construídos e compartilhados e/ou disputados pelos atores que fazem a escola”.¹⁰

É, no mínimo, interessante pensar que uma praça localizada num bairro periférico de uma cidade não muito grande possa significar simultaneamente: uma pista de skate, como um dos muitos lugares de vivência e lazer existentes espalhados por aí;

⁸ HOBBSAWM, Eric Jay. Sobre história: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 28.

⁹ THOMPSON, Edward P. A miséria da teoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1981, p. 194.

¹⁰ BERTUCCI; FARIA FILHO, 2009, p. 18.

ou para um olhar diferente, possa significar o marco de uma prática que reforçava o terror da escravidão. Uma pista de skate; uma praça com pelourinho. Ambas coexistindo no mesmo espaço, sendo significadas por percepções diferentes. Pelos símbolos que são observados e principalmente quais aspectos da praça são postos e levados em evidência.

O ato de perceber o mundo a sua volta além do pragmatismo imediato é o que o historiador Peter Lee chama de literacia histórica: ou seja, a capacidade de “ler o mundo historicamente”.¹¹

Reside, portanto, aí o objetivo das aulas de história. Dar ao aluno subsídios para que ele possa compreender o mundo de acordo com processos históricos. Por que é reconhecendo esses processos que o aluno ou aluna poderá ampliar sua noção sobre os aspectos que constituem sua memória e identidade. Nas palavras de Schmidt e Garcia: “[...] os temas a serem ensinados devem ter o objetivo de contribuir para a formação de consciências individuais e coletivas numa perspectiva crítica”.¹²

Os historiadores Marcelo Fronza e Renilson Rosa Ribeiro, no artigo *Aulas de História: a formação de alunos-leitores de mundo na contemporaneidade*, discutem a importância das aulas de história na formação de alunos aptos a fazerem inferências no mundo real, uma vez que passam a compreender por que transformações passaram os aspectos que constituem sua identidade. Para eles “[...] os jovens teriam que procurar respostas críticas na História que possibilitassem a ampliação de sua identidade individual ou coletiva”.¹³

Neste sentido, reconhecendo esses sujeitos e sua participação ativa no desenvolver de seu conhecimento, através do estímulo da criticidade, as aulas de história são fundamentais para que esse aluno possa reconhecer sua identidade e os símbolos que marcam sua sociedade, tanto no âmbito material quanto em suas tradições de cultura imaterial; sendo assim, “importantes para a compreensão de quem somos, como

¹¹ LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica. *Educar*, Curitiba, n. especial, 2006, p. 131-150.

¹² SCHMIDT; GARCIA, 2005, p. 299.

¹³ FRONZA; RIBEIRO, 2014, p. 307.

nos relacionamos com os outros e sobre as semelhanças e diferenças entre nós”¹⁴, num espaço com tanta (possibilidade de) diversidade como a sala de aula, e é claro, fora dela.

Mas então como ensinar nas aulas de história a reconhecer, preservar e respeitar os tão diversos valores culturais presentes em nossa sociedade? A Educação Patrimonial e os bens patrimoniais podem ser ótimos aliados.

Que outra função teriam as aulas de história se não servirem de instrumentos de leitura e percepção das transformações, rupturas e permanências pelas quais as sociedades passam no decorrer do tempo? Perceber as intencionalidades que movem essas transformações leva o aluno ao exercício crítico, estimulando sua consciência sobre as contradições e ações que o cercam.

E o mundo que os cercam nos dias de hoje é cheio de símbolos e signos, presente em seu cotidiano por tradições passadas através de suas gerações familiares, que se mesclam com novidades de um mundo globalizado, informatizado e conectado. Mais do que tudo isso, um mundo acelerado, de relações aceleradas e memórias cada vez mais curtas. Curtas e palpáveis. Estão ali, a disposição, basta um ou dois “*clicks*” no celular e as redes sociais da internet exibem fotografias, relatos, micro diários, *check in* em lugares e viagens, além de páginas de eventos cujo os quais já ocorreram ou estão para acontecer. São diversas informações compiladas, compartilhadas e, sem deixar esquecer, apagadas.

Num mundo tão acelerado e de memórias curtas, como despertar nos alunos e alunas o sentimento de pertencimento à um passado que não lhe é palpável? Ironia seria se nenhum professor de História, da última década, não ouvisse a seguinte pergunta: “Para que vou estudar isso, professor? – Seguida ainda de um: “Quem vive de passado é museu!” Ironias à parte, esse tipo de pergunta certamente assombra muitos professores e professoras de História, principalmente da educação básica.

São perguntas que, de certa forma, deslegitimam a disciplina de História, e principalmente sua função prática num mundo cada vez mais pragmático. Porém errado aquele que pensa que a aula de História caiu em desuso. Ainda nos dias de hoje,

¹⁴ COOPER, Hilary. Aprendendo e ensinando sobre o passado a crianças de três a oito anos. Educar, Curitiba, n. especial, 2006, p. 184.

sua função é a de causar incômodo. E este incômodo vem da percepção crítica das contradições presente no mundo a nossa volta.

Paulo Freire na década de 1970 chamou a atenção para a consciência crítica do aluno e o porquê desenvolvê-la e estimulá-la.

Como ressaltam as, já citadas anteriormente, historiadoras Schmidt e Garcia, para Freire a consciência crítica possibilita “[...] a inscrição dos sujeitos na realidade para melhor conhece-la e transformá-la, formando-o para enfrentar, ouvir e desvelar o mundo, procurando o encontro com o outro, estabelecendo um diálogo da qual resulta o saber”¹⁵, ou seja, reconhecendo-se como agente histórico, como um indivíduo portador de uma identidade.

Logo o que compõe a identidade do indivíduo, no caso o aluno, é resultante de um processo histórico que já transformou sua sociedade anteriormente e ainda transforma no tempo presente, e como salienta a historiadora Maria Mendes Novaus Faria Pinto: “A identidade é, [...] um valor inseparável do Patrimônio, pois este é, antes de mais nada, considerado como o que nos é intrinsecamente significativo”.¹⁶ Portanto, memória, identidade e patrimônio formam a “equação histórica” da sociedade em que alunos e alunas estão inseridos, e, da onde vieram os referências simbólicos que constituem sua identidade.

No Brasil diversos pesquisadores já chamaram a atenção para o fato de que existe algumas lacunas a serem preenchidas na atual forma de se ensinar História na educação básica. Sobre uma destas lacunas, Helena Pinto, em sua tese de doutorado em Ciências da Educação publicada em 2011, parafraseando o trabalho de Cooper, *The teaching of History: implementing the national curriculum*, chamou a atenção para o facto de que o Ensino de História se assenta frequentemente em fontes secundárias, fazendo afirmações generalizantes e estereotipadas sendo que os conceitos de tempo e mudança, causa e efeito, raramente são desenvolvidos.¹⁷

¹⁵ SCHMIDT; GARCIA. 2005, p. 299.

¹⁶ PINTO, Maria Mendes Novaus Faria. Educação Histórica e Patrimonial: concepções de alunos e professores sobre o passado em espaço do presente. Tese (Doutorado em Ciências da Educação). Universidade do Minho. Braga, 2011, p. 9.

¹⁷ Idem, p. 84.

A historiadora Irene Nakou evidencia que isto resulta numa má formação da consciência histórica dos alunos, sendo de substancial importância que os alunos percebam quais são as fontes que constroem aquilo que é determinado por sua sociedade como saber histórico científico, as narrativas que são socialmente aceitas e compartilhadas, mas do que isso, legitimadas em sua sociedade. Portanto,

[...] as diferentes ferramentas que usamos para abordar o passado e, mais genericamente, o tempo histórico... devem também revelar as fontes dos argumentos históricos nos quais se fundam as narrativas ou representações relevantes, e elucidam as possibilidades de interpretações alternativas”.¹⁸

Daí a importância das ferramentas didáticas que a Educação Patrimonial oferece. O historiador Barroso define que a educação patrimonial deve ser concebida como uma ferramenta de construção de consciência crítica, de modo que tem como finalidade promover o “reconhecimento de si no espaço e no tempo em que vive, despertando o sentimento de pertença, de que faz parte, é sujeito, é agente da História no presente; em outras palavras é protagonista”.¹⁹

Nesse sentido, como sinaliza Claudia Teixeira a Educação Patrimonial: “[...] vem com o intuito de desmitificar o senso comum, fazendo com que os estudantes, a comunidade em geral perceba a sua casa, sua escola, o seu bairro como patrimônios culturais pertencentes a sua história”.²⁰

Tal percepção é fundamental para que os estudantes e a comunidade venham a conhecer sua própria cultura, uma vez que o diálogo entre pais/mães, alunos e escola se aproxima, numa troca de memórias e saberes sobre as transformações ocorridas em seus espaços de vivência e a forma de ocupação dos mesmos.

Podemos definir a Educação Patrimonial como o ensino centrado nos bens culturais, onde sua metodologia toma estes bens como ponto de partida para

¹⁸ NAKOU, 2007, p. 140.

¹⁹ BARROSO, Vera Lúcia Maciel. Educação patrimonial e ensino de história: registros, vivências e proposições In: BARROSO, Vera Lúcia Maciel et al. (Org.). Ensino de História: desafios contemporâneos. Porto Alegre: EST Edições; ANPUH-RS, 2010, p. 21.

²⁰ TEIXEIRA, Claudia Adriana Rocha. A Educação Patrimonial no ensino de História. Bilbos, Rio Grande, n. 22 (1), 2008, p. 203.

desenvolver atividades de ensino e aprendizagem, colocando-os na categoria de fontes primárias de conhecimento. Sua aplicação metodológica pode ser feita em qualquer espaço social e com qualquer faixa etária: “O importante é saber explorar historicamente qualquer “lugar” [...] levando-o (aluno) a entender o que são fontes históricas não escritas”.²¹

Sendo assim, a Educação Patrimonial atua em duas escalas de ensino, sendo elas: Exógenas; quando Estado todo tem papel em educar, possibilitando e viabilizando o acesso aos patrimônios culturais, exposições, e eventos que promovam aspectos culturais da sociedade; e Endógena: cujo em termos documentais os saberes, as manifestações culturais (materiais e imateriais), as tradições e o artesanato, as produções estéticas e as musicalidades deveriam irradiar-se pelo currículo e pelas políticas de escolarização associadas ao programa.²² Portanto, o método adotado pelo professor vai ser de substancial influência na experiência do que vai constituir o significado de patrimônio para os estudantes.

Para refletir sobre esta temática é preciso ter em mente antes de mais nada que “há diferentes tipos de consciência histórica, que se distinguem”, como alerta Nakou. A pesquisadora, em um artigo denominado de “Educação histórica: o uso de ferramentas culturais relacionadas com a diversidade de experiências e atitudes dos estudantes”, publicado no periódico Currículo sem fronteira, em 2007, chama à atenção para o fato de que

Estudos reconhecidos a nível internacional (Lu, 2006; Barca, 2006) esclarecem que, em muitos países, a educação formal não teve, até agora, sucesso suficiente para possibilitar aos estudantes o desenvolvimento e pensamentos históricos e de competências para a interpretação histórica.²³

²¹ BITTENCOURT, Circe Maria F. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004, p. 208.

²² SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. Educação Patrimonial e Políticas de e Escolarização no Brasil. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 41, n. 2, jun. 2016, p. 483.

²³ NAKOU, 2007, p. 139.

Portanto existe uma necessidade real de que ambas escalas de ensino da Educação Patrimonial, a Endógena e Exógena, atuem em congruência, de modo a se complementarem.

É dever tanto do Estado quanto dos agentes das instituições escolares, chamando a responsabilidade aqui especificamente para o professor de História, promover ações educativas voltadas para a compreensão do que constitui o patrimônio cultural de nossa sociedade. Afinal, se a essência dos objetos patrimoniais diz respeito ao passado, é nos tempos modernos que ela se manifesta e legitima.²⁴ Tudo vai depender da maneira como abordamos estes objetos ao pensarmos o passado através dos vestígios evidenciados por eles.

Nas palavras de Nakou, “devemos conceder aos antigos o seu lugar, como referi, mas o seu lugar não é apenas lá atrás num local afastado e estranho; ele é por nós apropriado, e renasce num presente em mudança”.²⁵ Este renascimento apresenta-se na maneira como alunos e alunas compreenderão os processos históricos envolvidos na tomada destes bens patrimoniais como parte integrante de toda uma sociedade, refletindo em si, e na representação que traz consigo, os principais aspectos de sua cultura.

E o patrimônio está em constante transformação. As práticas e significados apresentam em si também uma história. São influenciadas pelas vicissitudes que envolvem as intencionalidades dos agentes que transformaram, reconheceram ou se fizeram ser reconhecidos como parte integrante da sociedade.

Representados em sua identidade, “o patrimônio tem, portanto, uma história”²⁶, e por conta disto, cabe, também, o alerta de que ao tomar o patrimônio como fonte primária de conhecimento é preciso ter o cuidado de lembrar-se que “... os processos interpretativos que constituem o imaginário cultural não podem ser entendidos como neutros”²⁷, ou seja, políticas de estado, ações particulares e

²⁴ YÁÑEZ CASAL, A. Património e modernidade. In: Museologia e Autarquias. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, 1999, p. 57-61.

²⁵ NAKOU, 2007, p. 146.

²⁶ PINTO, Helena. Interpretação de fontes patrimoniais em Educação histórica. História e Ensino. Londrina, v. 8, n. 1, jan./jun. 2012, p. 188.

²⁷ PINTO, 2011, p. 134.

intencionais, aspectos burocráticos, o próprio senso comum da sociedade, todos esses fatores são determinantes na construção da memória e na elevação de algum aspecto da sociedade, - seja material ou imaterial -, a categoria de bem patrimonial.

O patrimônio trata-se, portanto, de uma ferramenta mediadora de conhecimento e ao fazer referência ao historiador Wertsch, a pesquisadora Irene Nakou adverte o seguinte sobre o uso das ferramentas mediadoras de conhecimento: “Elas não são neutras e o seu uso está relacionado com a aplicação do poder, com o contexto no qual são utilizados”.²⁸ A própria legislação, e a classificação de monumentos daí resultantes definem o que Pinto chama de “[...] ordem simbólica do passado e que implica seleção”.²⁹ São, portanto, frutos de transformações, e também vale ressaltar de ocupações de espaços que por muito tempo no Brasil foram negados a diversas minorias de nossa sociedade. Neste sentido, tais movimentos de ocupação contribuíram de forma substancial para uma reinvenção da escola ao denunciarem, antes mesmo da produção acadêmica sobre o tema, o engajamento da escola na manutenção e reprodução das injustas estruturas da sociedade brasileira.³⁰

Portanto, a Educação Patrimonial expande as noções de patrimônio e os símbolos que constitui a identidade do indivíduo ou de uma comunidade mesmo que:

Historicamente, as políticas patrimoniais e de educação patrimonial estiveram assentadas em representações eurocêtricas de patrimônio e de memória, recursivamente demonstradas em tombamentos materiais derivados do universo cultural lusitano (colonial).³¹

Com as reformas curriculares da década de 1980, em especial, ocorre a devolução da autonomia à disciplina de história o que possibilitou a “introdução dos fundamentos historiográficos advindo da História Nova Francesa e da História Social Inglesa e do materialismo histórico dialético”³² gerando uma atualidade da memória histórica no Brasil.

²⁸ NAKOU, 2007, p. 142.

²⁹ PINTO, 2011, p. 11.

³⁰ BERTUCCI, FILHO, 2009, p. 17.

³¹ SILVA, 2016, p. 477.

³² FRONZA, Marcelo. Acultura histórica como possibilidade investigativa da educação patrimonial nas aulas de história. *Fronteiras: Revista de História*. Dourados, v. 18, n. 31, jan./jun. 2016, p. 175.

A identidade brasileira passa a ser constituída através da memória da mulher, do negro, do oprimido, da cidade, do bairro consequentemente acontece a inserção dessas memórias no currículo da disciplina de história. Circe Bittencourt considera a memória sob a perspectiva da temporalidade histórica, ou seja, “como fonte para a construção do conhecimento acerca do passado em si mesmo; abordando-a como evidência, de acordo com a metodologia científica específica da História, nomeadamente no que se respeita ao cruzamento de fontes diversas”.³³

Portanto, como escreveu Horta, se utilizada com eficiência em suas duas escalas de ensino - já citadas anteriormente - no ambiente escolar e fora dele, “A educação patrimonial pode ser assim um instrumento de alfabetização cultural que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórica-temporal em que está inserido”.³⁴

Além disso, tais temas, sob a égide da educação patrimonial, levam a consciência de preservação destas tradições culturais, bem como o fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.³⁵

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* se dedicam a realizar importantes reflexões sobre o uso da memória na construção do conhecimento histórico. A questão da memória está relacionada ao lembrar, rememorar, recordar, perpetuar, avisar, iluminar ou consolidar, como também ao esquecer, negar, renunciar, romper, recusar, silenciar etc. O que não é lembrado é esquecido e perde laços afetivos de identidade. Nesse sentido, os documentos são materialidades selecionadas, preservadas e estudadas para perpetuar lembranças do passado, que salientam problemáticas do tempo presentes. São suportes para o ato de recordar da sociedade e para a sociedade, preservando tradições e *práxis*.

O IPHAN promove ações educativas justamente voltadas para a preservação e valorização destas tradições. O órgão foi originalmente criado em 1936 com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e planejado

³³ PINTO, 2011, p. 25.

³⁴ HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: Iphan, 1999, p. 6.

³⁵ Idem.

pelo poeta modernista Mario de Andrade. Tinha um projeto inclinado para a construção de uma cultura nacional oficial, como afirma Silva “[...] de maneira que a consciência nacional seria materializada pela consciência patrimonial”³⁶, porém acompanhando as reformas curriculares do final do século XX, passou a expandir essa noção, definindo a partir de então a educação patrimonial como:

Um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo buscando levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, para um melhor uso fruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.³⁷

Dentre estas produções estão os debates que buscam discutir as melhores formas de se trabalhar as noções de patrimônio em sala de aula e como inserir a Educação Patrimonial de maneira efetiva e eficiente.

Para a historiadora Maria Mendes Pinto, “de fato, todos os historiadores operam segundo categorias e conceitos que modelam a forma como investigam e procuram representar o passado, afetando a seleção da evidência e o modo como poderá ser desenvolvida”.³⁸ E a Educação Patrimonial não foge à essa regra. A maneira como os alunos e alunas entenderão o que constitui seu patrimônio cultural vai depender diretamente da metodologia adotada para investigar e debater tais perspectivas. A partir daí as possibilidades são quase inesgotáveis. Mas isso não significa que será menos desafiador tanto para o professor quanto para os alunos.

As dificuldades são muitas e o desafio reside em como articular maneiras de superar tais dificuldades, frente a importância de se abordar as problemáticas intrínsecas ao conceito de Patrimônio de uma sociedade, como bem salienta as pesquisadoras Imara Viana e Juçara Mello, na obra *Educação Patrimonial e o ensino de história: diálogos*:

³⁶ SILVA, 2016, p 474

³⁷ HORTA; GRUNBER; MONTEIRO, 1999, p. 7.

³⁸ PINTO, 2011, p. 50.

Numa realidade em que a carga horária reservada a disciplina de história já se apresenta reduzida, faz-se necessário elaborar formas dinâmicas e eficazes de relacionar a educação patrimonial aos conteúdos canônicos. Sobre tudo, porque essa relação favorece a criação de pontos de contato com o universo cultural dos alunos, permitindo a apreensão significativa de assuntos considerados de difícil compreensão, por sua distância no tempo e no espaço, pois que apropriados pelos discentes a partir de suas referências culturais. Na medida em que tais referências são conhecidas, a memória torna-se refletida, e as lembranças se tornam experiências permitindo melhor compreensão da natureza histórica dos acontecimentos contribuindo na formação cidadã dos educandos.³⁹

E essas experiências, citada pelas pesquisadoras acima, são fundamentais para construção do pensar historicamente. Thompson mesmo advoga que é por meio da categoria experiência que se “compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”.⁴⁰ Resta então pensar quais as melhores estratégias e recursos para se fazer valer de maneira efetiva a experiência proporcionada pelo estudo de bens patrimoniais no ensino de história.

Dos muitos debates sobre a problemática levantada acima, a relação estabelecida entre a instituição escolar e os espaços de memória como por exemplo museus, tem se mostrado extremamente frutíferas. De acordo com Pinto, “Nakou diz que os museus podem oferecer um ambiente educativo privilegiado por rodear o aluno de fontes materiais enquanto evidências de um passado de comunidade, [...] no museu as crianças parecem “ver” os objetos em termos históricos”.⁴¹ Ainda sobre este espaço, a historiadora Circe Bittencourt define o Museu como sendo

Uma instituição permanente, sem finalidade lucrativa, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. É uma instituição aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e exibe evidências materiais do homem e de seu ambiente, para fins de pesquisa, educação e lazer.⁴²

³⁹ VIANA, Imara da Silva; MELLO, Juçara da Silva Barbosa. Educação Patrimonial e o ensino de História: diálogos. Ouro Preto: EdUFOP, 2013, p. 1.

⁴⁰ THOMPSON, 1981, p. 15.

⁴¹ PINTO, 2011, p. 135.

⁴² BITTENCOURT, 2004, p. 365.

Sendo, portanto, um ótimo espaço para desenvolver atividades de ensino e aprendizagem, que envolvam a prática de pesquisa em fontes, tal qual a disciplina de história se utiliza para construir as narrativas que dão significado ao mundo à nossa volta; porém vale ressaltar que o museu não é a única alternativa, pois, a “[...] metodologia da Educação Patrimonial pode ser desenvolvida no ambiente formal de ensino (escolas) ou informal (comunidade, associações de bairro, museus, parques ambientais) e também se adequar a qualquer tipologia de patrimônio”.⁴³

Logo, em advertência, é preciso pensar a sala de aula como um ambiente orgânico, plástico, passível de transformações tanto voluntárias quanto, como na maioria dos casos, involuntárias. É inocência pensar que o mesmo método didático, somado ao mesmo planejamento de aula, vá funcionar de maneira igualmente efetiva para todas as turmas de história. Tal façanha não faz parte de uma realidade palpável, porém existem instrumentos didáticos que, se adequados as especificidades de cada turma, provam-se extremamente eficazes, como é o caso das possibilidades de investigação histórica resultantes da interação entre o espaço do museu e a experiência proporcionada através da metodologia de Educação Patrimonial nas aulas de história.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* da disciplina de história reforçam a ideia de que nas visitas a museus e exposições é relevante considerar que eles são espaços de preservação e divulgação da memória. Nesse ambiente em particular, é possível desenvolver com os alunos debates sobre a importância e o significado sociais dos museus e das exposições no cotidiano da população, na formação de identidades, na sua formação cultural e educacional, formação essa que ocorre não somente dentro de sala de aula, mas também, em momentos de passeios e lazer, bem como seu papel enquanto instituição produtora de conhecimento e representante de identidades culturais de nossa sociedade.

E este processo de aprendizagem pode ter início em sala de aula, muito antes mesmo da experiência de visita a esses espaços de memória. O questionamento

⁴³ TEIXEIRA, 2008, p. 201.

inicial pode muito bem ser: O que é um museu? Qual sua função? A historiadora Circe Bittencourt define o espaço de museu como:

Uma instituição permanente, sem finalidade lucrativa, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. É uma instituição aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e exhibe evidências materiais do homem e de seu ambiente, para fins de pesquisa, educação e lazer.⁴⁴

Contudo, para a classe o ambiente do museu pode ter outro significado, atribuído de acordo com referenciais pessoais de cada um dos discentes. Para alguns o museu reflete uma memória de infância, uma visita, um passeio; já para outras o museu pode ser algo ainda novo, não descoberto até então; e por que não, haverá também aqueles que simplesmente estarão concentrados na indagação: “o que é um museu?” Indo a partir de então em busca de referências que possam dar significado a esse espaço.

O questionar é extremamente vital neste processo, uma vez que abre espaço para a atuação do aluno, em dar significado a uma instituição pública e aos bens ali resguardados e expostos, a partir de referências fruto de sua própria experiência. Neste sentido, a já citada anteriormente, Cláudia Adriana Rocha Teixeira, em sua obra *A Educação Patrimonial no ensino de história*, publicada em 2008, faz importantes constatações sobre os aspectos efetivos da metodologia voltada para o estudo de bens patrimoniais. Ela diz que “[...] para a efetivação da Educação Patrimonial no contexto escolar, obrigatoriamente precisamos partir da realidade dos estudantes, isto é, possibilitar a sua atuação na significação dos bens culturais e a participação nas soluções dos problemas”.⁴⁵

Logo, a experiência proporcionada pela Educação Patrimonial e o espaço de museu precisam ser significativas, e, fundamentalmente abertas a inferências dos alunos e suas indagações; sendo que este aspecto acaba por revelar mais um desafio posto à frente do professor de História. Ele precisa, ironicamente como a metodologia propõe, realizar uma série de escolhas, sendo seletivo sobre quais aspectos do

⁴⁴ BITTENCOURT, 2004, p. 356.

⁴⁵ TEIXEIRA, 2008, p. 202.

patrimônio irá abordar e se esses aspectos são passíveis de se tornarem fontes primárias de conhecimento.

Sendo assim, o professor terá de escolher se aborda, primeiramente, algum patrimônio pertencente à cultura material ou imaterial. A partir de então outra destas seleções é justamente; qual aspecto deste patrimônio irá abordar, tendo de escolher, por exemplo, se irá tomar como fonte primária as tradições com ancestralidade passada de geração em geração através da oralidade, ou se irá utilizar-se de um bem material tombado, - por instituições estatais de preservação -, para realizar o processo de ensino e aprendizagem com os alunos.

São escolhas difíceis, que envolvem questões interdisciplinares, e devem levar em consideração, além dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as leis de *Diretrizes e Base da Educação Nacional*, principalmente o parágrafo quatro do artigo vinte e seis da lei grifada acima que determina, de acordo com suas disposições, que: “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”.

Logo, estudar patrimônio é, antes de mais nada, realizar escolhas. Porque falamos aqui de algo muito vasto, plural e singular ao mesmo tempo, cercado de representações, que ao longo do tempo sofreram transformações e por se tratar de aspectos culturais são vestígios passíveis de investigações e interpretações. Nesse sentido, como afirmam Luciana Valeda e André Luiz Laborde, “a cultura ou sistemas culturais “propiciam elos entre os indivíduos, os quais são intrinsecamente capazes de tornarem-se aquilo que realmente representam”.⁴⁶

Mas esse é só o início da experiência proporcionada pela metodologia debatida até aqui. Vale ressaltar ainda que o resultado, claro dependendo das singularidades de cada turma, por ser muito positivo se os alunos participarem logo no início deste processo de tomada de decisões e escolhas sobre qual patrimônio cultural, ou aspecto dele, será tomado como fonte primária de investigação. É interessante

⁴⁶ VALEDA, Luciana Rodrigues; LABORDE, André Luiz Portanova. Patrimônio cultural: uma possibilidade de intervenção Histórica no âmbito do ensino. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, jan./jun. 2009, p. 187.

porque a sala de aula pode, desde a gestação desta metodologia de ensino, se tornar um laboratório de pesquisa, dando margem e espaço para diversas identidades se manifestarem ali, involucradas umas às outras por conta de seu espaço de vivência e experiência compartilhados. Neste sentido suas escolhas podem ser bem pessoais, uma vez que como afirmam Valeda e Laborde:

A educação patrimonial pode usar um método específico a qualquer evidência material ou imaterial das manifestações culturais, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante das relações entre os indivíduos e seu meio ambiente.⁴⁷

Sendo, portanto, a Educação Patrimonial, um recurso metodológico intimamente ligado com o princípio de que o ofício da história é estudar as relações humanas no decorrer do tempo, como afirma, e ilustra de maneira sutil, o historiador francês Marc Bloch, em sua emocionante obra *Apologia da História ou o ofício do historiador*: “O historiador é como o ogro da lenda, onde fareja carne humana, lá estará ele”.⁴⁸

Resultando daí o principal objetivo da disciplina de história no ensino da educação básica, o de colocar o aluno como sujeito ativo na produção de conhecimento. Abrindo espaço para que o mesmo possa questionar o mundo a sua volta e as narrativas incorporadas em sua sociedade.

Tais objetivos são sinalizados como parâmetros curriculares a serem seguidos nacionalmente nas instituições de ensino, tanto pública quanto privada, chamando a atenção para a necessidade de

[...] ensinar procedimentos e incentivar atitudes nos estudantes que sejam coerentes com os objetivos da História. Entre os procedimentos é importante que aprendam a coletar informações em bibliografias e

⁴⁷ VALEDA; LABORDE, 2009, p 1.

⁴⁸ BLOCH, 2001, p. 54.

fontes documentais diversas; selecionar eventos e sujeitos históricos e estabelecer relações entre eles no tempo; observar e perceber transformações, permanências, semelhanças e diferenças; identificar ritmos e durações temporais; reconhecer autorias nas obras e distinguir diferentes versões históricas; diferenciar conceitos históricos e suas relações com contextos.⁴⁹

E mais ainda, que alunos e alunas no decorrer deste processo, saibam reconhecer a diversidade cultural existente em nossa sociedade de maneira a respeitar as diferenças, exercer a prática cidadã de proteger o direito a pluralidade e preservar tais aspectos culturais de sua sociedade, mesmo que em nenhuma instância, reconheça sua identidade nestes aspectos. Conhecer e valorizar tal pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais; está presente como objetivo curricular desde os primeiros anos do ensino fundamental até os últimos do ensino médio nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* da disciplina de História.

Tendo em vista tais questões é primordial que o patrimônio seja entendido pelos alunos no decorrer de seu processo de ensino e aprendizagem, como diversificado, portador de sistemas culturais que “... propiciam elos entre os indivíduos, os quais são intrinsecamente capazes de tornarem-se aquilo que realmente representam”.⁵⁰

A historiadora Vera Lúcia Maciel Barroso afirma que a educação patrimonial deve ser concebida como uma ferramenta de construção da consciência crítica, tendo como finalidade promover no aluno o reconhecimento de si no espaço e no tempo em que vive, despertando o sentimento de pertença, de que faz parte, é sujeito, é agente da História no presente; em outras palavras, é protagonista de ações resultantes ou em função de processos históricos.⁵¹

⁴⁹ Parâmetros Curriculares Nacionais: história. Brasília: MEC, 1998, p. 45.

⁵⁰ VALEDA; LABORDE, 2009, p. 187.

⁵¹ BARROSO, Vera Lúcia Maciel. Educação Patrimonial e Ensino de História: registros, vivências e proposições. In: BARROSO, Vera Lúcia Maciel et al. (Org.). *Ensino de História: desafios contemporâneos*. Porto Alegre: EST Edições; ANPUH-RS, 2010, p. 20.

Logo, a educação patrimonial promove através do contato com os variados bens patrimoniais a experiência de estranhamento, entendimento, respeito e interpretação do que constitui o Patrimônio Cultural de sua sociedade, a partir de uma metodologia de ensino que o permitam reconhecer o patrimônio como fruto de uma série de escolhas, políticas públicas, ações e intervenções dos mais variados tipos de sujeitos respondendo a variados interesses também, ou seja, que entenda que o “patrimônio é resultado de uma seleção que, ao longo do tempo e segundo critérios muito variados, foi colocando determinados elementos na categoria de objetos patrimoniais”.⁵²

Para tanto, mais do que a experiência do contato em si com tais fontes primárias de conhecimento é necessário que em conjunto desta metodologia o professor e os agentes envolvidos no processo de ensino e aprendizagem destes alunos forneçam instrumentos para a leitura deste patrimônio a ser tomado como fonte. Caso contrário a experiência pode resultar em uma atividade rasa, resumida à um passeio fora dos muros da escola ou a uma aula ou duas desgarrado do conteúdo resumido, mastigado e, por deveras vezes, superficial encontrado nos livros didáticos.

1. 2 Educação Patrimonial: reflexões sobre a instrumentalização de leitura daquilo que constitui o Patrimônio de uma sociedade

Certamente nos vemos seduzidos sobre as propostas de interpretação e investigação acerca do passado daquilo que constitui nossos bens patrimoniais. Enquanto fontes, estes bens revelam os mais variados tipos de vestígios das sociedades passadas, dizendo a respeito de pessoas reais, que possuem universos de significados compartilhados. Porém o patrimônio como objeto cultural, “se não problematizados, apresentam potencial tendência a perpetuação de naturalizações legitimadoras de relações culturais hierarquizadas”.⁵³

⁵² PINTO, 2011, p. 15.

⁵³ VIANA; MELLO, 2013, p. 2.

O que as autoras chamam atenção aqui é o fato de que por muito tempo em nossa sociedade a noção de patrimônio estava duramente atrelada à modelos arquitetônicos europeus, que em sua materialidade, refletiam aspectos de uma sociedade separada por um oceano da nossa, mas que através da administração metropolitana colonial, se fazia duramente presente, silenciando outras vozes; negando origens culturais pertencentes principalmente aos ameríndios e aos nossos afrodescendentes.

E, se nos dias de hoje, essas vozes se fazem ouvidas, tudo se deve aos diversos movimentos de resistência que por décadas lutaram pela inserção de suas memórias nos currículos de ensino por todo o país, emergindo então como sujeitos pertencentes, em posição de equidade, à sociedade. Tratam-se dos movimentos negros, indígenas e de culturas populares. Como pontuam de forma consistente Bertucci e Faria Filho o seguinte sobre a inserção destas narrativas na base curricular comum de ensino:

Os movimentos de educação popular, conforme já era possível perceber nos textos de Paulo Freire, e como demonstraram os trabalhos de Osmar Fávero (1983) e de Afonso Scoguglia (2004), tiveram um papel fundamental na relativização da importância da escola na organização e transmissão culturais sem, no entanto, deixar de propugnar pelo alargamento da visão da escola sobre as próprias cultura e experiências dos sujeitos populares. Neste sentido, tais movimentos contribuíram de forma substancial para uma reinvenção da escola...⁵⁴

Onde, nesta nova configuração das relações de ensino e aprendizagem estabelecidas pela instituição escolar, não cabe mais interpretações preconceituosas, opressoras ou unilaterais sobre os diversos aspectos culturais presentes em nossa sociedade. Como fica bem explícito na *Base Nacional Comum Curricular*

A Base é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

⁵⁴ BERTUCCI; FARIA FILHO, 2009, p. 17.

Ela é definida pelo primeiro parágrafo do artigo 1^a da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB, Lei n. 9.394/1996) e soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Sendo reconhecida então, pelo o Estado, a necessidade de se preservar e proteger a diversidade cultural em nossa sociedade.

Tendo tais advertências em mente, o museu apresenta-se como um instrumento facilitador e mediador do processo de ensino e aprendizagem.

A experiência resultante de uma visita à um museu pode ser extremamente marcante. Mas, se for utilizado, dentro de um plano pedagógico de ensino, voltado para práticas educativas patrimoniais, é preciso se alertar da necessidade da capacitação dos alunos, no processo de ensino, para a leitura dos bens patrimoniais que terão contato.

Caso não haja o cuidado de que; antes da experiência proporcionada pela visita ao museu, os alunos estejam habilitados a lerem os bens patrimoniais com os quais estabelecerão contato, - percebendo as implicações existentes no ato de dar a algo a categoria de materialidade memorável -, a experiência por si só, será extremamente rasa.

Tal capacitação prévia se faz necessária porque, como chama a atenção a historiadora Circe Bittencourt: “Objetos de museus que compõe a cultura material são portadores de informações sobre costumes, técnicas, condições econômicas, ritos e crenças de nossos antepassados”⁵⁵, revelando aspectos particulares e sociais do cotidiano e destas sociedades.

Mas, é somente a partir da “leitura” desses objetos que eles recebem a qualidade de documento; somente quando esses objetos são interrogados como fontes primárias. Sendo assim, Circe Bittencourt define documento como: “Todo conjunto de signos, visuais ou textuais, que são produzidos em uma perspectiva diferente dos saberes das disciplinas escolares e posteriormente passam a ser utilizados com finalidade

⁵⁵ BITTENCOURT, 2004, p. 353.

didática”⁵⁶, e, para que se tornem instrumentos didáticos efetivos no processo de ensino e aprendizagem, é preciso primeiro que as explicações “iniciam-se pela trajetória do objeto, do lugar onde foi encontrado ou adquirido até como chegou ao museu, tornando-se então, “peça de museu””.⁵⁷

Tomemos como exemplo aqui os *Retábulos da Antiga Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá*, demolida em 1968, como objeto de estudo num plano pedagógico de ensino voltado para a educação patrimonial.

Tratam-se de quatro altares talhados em madeira cedro rosa, na estrutura de monoblocos, sendo o maior deles com mais de sete metros de altura. Tais retábulos são vestígios do período colonial do Estado do Mato Grosso e resultado de um trabalho extremamente erudito na arte da talha em madeira. São dois altares de estilo fundamentalmente barroco; um de estilo barroco-rococó e outro de estilo neoclássico.⁵⁸ E atualmente, integram a categoria de bens materiais tombados através do processo nº 553-T-57-A (01450.013234/2008-47) IPHAN/DET/MT. Neste sentido, estes retábulos foram reconhecidos em âmbito nacional como sendo Patrimônio de cultura material brasileiro, no ano de 2011, estando agora protegido sob o referido processo e expostos de maneira permanente dentro das instalações do Museu de Arte Sacra de Mato Grosso (MASMT).

A partir dos procedimentos metodológicos de ensino e aprendizagem orientado sob a perspectiva da Educação Patrimonial, estes bens se tornam fontes primárias de conhecimento. Ou seja, sendo eles mesmos, documentos passíveis de indagações que remontam aspectos do passado da vida cotidiana em Cuiabá, desde a colonização até os anos finais que antecederam a demolição da Igreja Matriz e as implicações posteriores ao ato, logo nos anos que se sucederam.

Mas, para que de fato a experiência tenha efeito positivo, antes de mais nada os alunos precisam de instrumentos que permitam fazer perguntas a essa nova categoria de fonte do passado, apresentada, então, diante deles.

⁵⁶ Idem, p. 297.

⁵⁷ Idem, p. 357.

⁵⁸ Uma descrição mais detalhada sobre esses retábulos e seu processo de tombamento será realizada no segundo capítulo desta dissertação.

Para tanto, é de substancial importância que as ações educativas desenvolvidas nesse processo sejam resultantes de uma simbiose entre os conhecimentos produzidos em durante o decorrer das aulas de História e as práticas educativas adotadas pelo Museu, uma vez que estas práticas vem, cada vez mais, mantendo o foco nos processos de ensino e aprendizagem, seguindo uma tendência ocidental, como sinaliza Hooper-Greenhill, ao revelar que no Reino Unido, por exemplo, se tem verificado a substituição da expressão “educação no museu” pela expressão “aprendizagem no museu”, e que esta substituição semântica representa uma “[...] mudança filosófica na forma como está a ser compreendida a função educativa dos museus. A utilização da palavra “aprendizagem” indica um maior foco nos processos de aprendizagem e produtos utilizados”.⁵⁹

Logo, se quisermos explorar os conceitos intrinsicamente ligados à ideia de patrimônio, utilizando tais bens de cultura material, é de substancial importância que o professor tenha conhecimento prévio, - e que tais conhecimentos tenham sido adquiridos em diálogo com o museu que abriga e expõe tais objetos-, sob os aspectos fundamentais já levantados sobre os bens patrimoniais a serem explorados juntamente com os alunos.

Esta ação é de substancial importância, por que, como já referido anteriormente, implica as seleções que determinaram a forma como o conceito de patrimônio vai ser apreendido no decorrer do processo de ensino e aprendizagem. Em posse de tais conhecimento o professor pode começar a experiência didática aqui proposta através da própria historicidade dos bens que serão objetos de estudo.

Desta forma, a imagem de que os retábulos em questão são objetos sem história, que só existe no tempo presente como restos de um passado já esquecido e que não faz parte do cotidiano dos alunos, deixam de existir no imaginário dos mesmos. O ponto primordial a ser levado em consideração aqui é o fato de que estes bens apresentam uma história em movimento, cujo o qual foi influenciada diretamente por

⁵⁹ HOOPER-GREENHILL, Eilean. *Museums and Education: Purpose, Pedagogy, Performance*. Routledge, 2007, p. 4.

ações humanas que refletem as intencionalidades envolvidas no ato de preservar, ou não, tais objetos.

Tendo tais conhecimentos prévios em mente, e já feitas as escolhas sobre qual objeto de museu será utilizado como recurso, o bem patrimonial deixa de ser então apenas um item de exposição para se tornar para alunos e professores um documento.

E como documento, o interesse reflete na transformação, na história destes retábulos, que assim como suas peças, apresentam uma trama em movimento, perpassando diversas transformações. E são essas transformações que devem ser apreendidas pelos alunos no decorrer do processo de ensino e aprendizagem, desmitificando então a ideia de que o patrimônio é algo estático, imóvel, no topo de sua cátedra e intocável. Assim, como sinaliza a historiadora Barroso, ao se considerar estes bens como fonte documental

[...] se vai decifrar com os alunos a atuação dos sujeitos que viveram em determinado espaço, vinculado àquele patrimônio. Em outras palavras, o bem na perspectiva trabalhada é concebido como fonte de explicação do mundo e de suas circunstâncias, e não como imagem congelada ou como simples monumento do passado.⁶⁰

Assim, a experiência de contato com estas fontes será enriquecida pela capacidade dos alunos e alunas de lerem aqueles bens como resultados de ações humanas; ou seja, de sujeitos históricos que não se diferenciam muito deles mesmos. Que viram no ato de preservar, ou não, tais bens materiais os significados atribuídos ao universo à sua volta.

Para alguns, aqueles retábulos certamente remontam aspectos da identidade de uma comunidade religiosa, apreciadora e como revela a historiografia destes retábulos, investidora em tradições artísticas de cunho sacro.

Como ressalta Pinto, “o patrimônio é resultado de uma seleção que, ao longo do tempo e segundo critérios muito variados, foi colocando determinados elementos na categoria de objetos patrimoniais”⁶¹, sendo que os critérios para a tomada

⁶⁰ BARROSO, 2010, p. 23.

⁶¹ PINTO, 2011, p. 15.

de decisões sobre o que é importante e vale a pena preservar, ou, que aspectos do passado de uma comunidade são sinais de sua singularidade, conheceram alterações com o tempo.

Logo, mais do que conhecer as singularidades estéticas destes retábulos (voltando ao exemplo aqui proposto), ou quais tradições artísticas estão ali representadas, é muito mais importante que o aluno perceba que estes retábulos tiveram diferentes significados no decorrer do tempo. Já foram objetos do mundo sagrado, significando o templo, no caso a antiga Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, já foram objetos abandonados ao azar, e agora, são bens patrimoniais, restaurados, reintegrados e expostos, servindo de fonte primária de conhecimento dentro do Museu de Arte Sacra de Mato Grosso.

Portanto, estudar estes retábulos nos leva a problematizar questões do passado fornecendo pistas aos pesquisadores e ao professor de História, se tornando instrumentos de ensino/aprendizagem que possibilitam “enxergar o passado como fonte de reflexão acerca do presente, indagando as inúmeras tensões e conflitos que se fazem em mudanças e permanências”.⁶² Nesse sentido, ao voltarmos os olhos para a historicidade destes altares, nos é revelado vestígios da vida cotidiana, do imaginário da época, e questões políticas envolvendo relações de poder, que em seus múltiplos desfechos alteraram significativamente a memória cuiabana, bem como a paisagem de sua cidade.

Entendendo que a memória faz parte de lutas políticas, “torna-se tarefa da história interrogar sobre as relações de poder que residem nas produções de sentido para o pretérito, destacando conexões entre casos mais particulares com situações mais gerais”.⁶³

Para tanto, um último recurso de instrumentalização de leitura do patrimônio neste processo se estabelece através do questionamento do que é, em si, o

⁶² RAMOS, Francisco Régis Lopes. A danação do objeto: o museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004, p. 5.

⁶³ RAMOS, Francisco Régis Lopes. Uma questão de tempo: os usos da memória nas aulas de história. Caderno Cedes, Campinas, v. 30, n. 8, 2010, p. 409.

Patrimônio Cultural de uma sociedade, e quais ações são implicadas no processo de tombamento de um bem de cultura material.

Nas palavras das historiadoras Maria Beatriz Pinheiro Machado e Katani Monteiro, “a patrimonialização de um bem é um ato político por excelência. Significa que elegemos algo para representar-nos em detrimento de outras possibilidades”⁶⁴, portanto, implica intencionalidades que devem ser o foco no processo de ensino e aprendizagem aqui proposto.

É essencial nesta metodologia que os alunos sejam postos a par dos procedimentos legais e burocráticos que decorrem em função de um processo de tombamento. Desta forma o bem patrimonial pode ser lido de maneira apropriada, para além de suas características formais, cumprindo então com sua função de servir como fonte de conhecimento e instrumento de produção de novos saberes escolares. Sendo que a escola “[...] tem por função trabalhar com o conhecimento socialmente produzido, não como transmissão pura e simples, mas na perspectiva da sua reconstrução e ressignificação”.⁶⁵

Ao instrumentalizarmos nossos alunos a realizar este tipo de leitura, o processo em si, de tombamento dos retábulos da antiga catedral, torna-se uma fonte extremamente rica para perceber o jogo de interesses que envolve aquilo que recebeu a qualidade de patrimônio de cultura material no Estado de Mato Grosso. Trata-se de transformar objetos pertencentes à um passado distante, em fontes de compreensão dos significados atribuídos a cultura material de origem sacra no Estado.

Logo, “poderemos usar produtivamente o passado quando percebermos que herdar é também transformar”.⁶⁶ Daí a importância do contato com esse tipo de fonte, de caráter informal, localizadas externamente aos muros da escola. Como sinaliza Nakou existe uma lacuna a ser preenchida no processo de ensino e aprendizagem do aluno no decorrer da disciplina de História, no que tange a fornecer instrumentos para que os alunos e alunas possam compreender em quais fontes se fundamentam as

⁶⁴ MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro; MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. Patrimônio, identidade e cidadania: reflexões sobre educação patrimonial. In: BARROSO, Vera Lúcia Maciel et al. (Org.). Ensino de História: desafios contemporâneos. Porto Alegre: EST Edições; ANPUH-RS, 2010, p. 26.

⁶⁵ Idem, p. 25.

⁶⁶ NAKOU, 2007, p. 146.

narrativas históricas com as quais terão contato no decorrer de sua formação na educação básica, logo as

[...] diferentes ferramentas que usamos para abordar o passado e, mais genericamente, o tempo histórico ... devem também revelar as fontes dos argumentos históricos no quais se fundam as narrativas ou representações relevantes, e elucidar as possibilidades de interpretações alternativas.⁶⁷

Cabe agora, portanto, problematizar o patrimônio histórico e “não mais defendê-lo como coisa em si, essencialmente pura e boa, mas na qualidade de apropriação do presente envolvido em disputas variadas, que vão da fé de cada um ao bolso de todos”.⁶⁸ Na condição de obras de arte, os altares da antiga Catedral, demolida em 1968, servem “como instrumento de escolha para descobrir as molas ocultas da sociedade”⁶⁹; como em determinado tempo eles se sugestionaram e criaram para si necessidades e significados. Basta tomarmos de fato estes altares como documentos, indissociáveis de seu contexto histórico, que tais “obras de arte trazem consigo um material de informação tão preciso quanto qualquer outro quando se trata de saber como os homens agiam e julgaram num momento preciso”.⁷⁰

Ao fim da experiência o aluno poderá entender a “historicidade das representações culturais”⁷¹, mas para tanto é preciso que exista, em simultaneidade no processo pedagógico, a preocupação em enriquecer a experiência de se trabalhar com fontes patrimoniais através do processo de instrumentalização da leitura destes bens; respeitando contextos específicos e singulares do que constitui e lhe dá legitimidade tanto no tempo presente quanto no decorrer deste *continuum*.

⁶⁷ NAKOU, 2007, p. 146.

⁶⁸ RAMOS, 2010, p. 398.

⁶⁹ FRANCASTEL, Pierre. A realidade figurativa. São Paulo: Perspectiva; Edusp, 1993, p. 398.

⁷⁰ Idem, p. 78.

⁷¹ VALEDA; LABORDE, 2009, p. 193.

CAPÍTULO 2

TRAJETÓRIAS DOS RETÁBULOS E O PATRIMÔNIO SACRO CUIABANO

2.1 De processo em processo...

A igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, que fora originalmente erguida num tosco rancho pau-a-pique, coberta de palha; construída em 1722, pelo capitão-mor Jacinto Barbosa Lopes⁷², fora palco de diversas alterações em sua fisionomia. E diversos foram os motivos de suas reformas, todas fundamentalmente atribuídas à fé e aos tempos áureos (da mineração) da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Depois de dois séculos de existência, a antiga matriz foi demolida em 1968, dinamitada, para dar lugar à outra, moderna, fruto de diferente concepção de tempo.⁷³ A historiografia já dera conta de tal assunto. O foco desta pesquisa está nos bens integrados desta igreja, os mesmos que foram recentemente tombados, sendo mais específico, seus altares.

Por conta do processo que findou com a demolição da igreja, os retábulos foram desmontados e acondicionados sob a guarda da Fundação de Cultura e Turismo de Mato Grosso. Porém, antes mesmo da igreja ser demolida, o chefe da Seção de Arte, Dr. Edgard Jacinto da Silva iniciou, na segunda metade da década de 1950, uma verdadeira corrida para garantir o tombamento dos retábulos e demais itens que integravam os altares

Tal campanha não obteve a devida atenção⁷⁴ e culminou com a demolição da igreja, para se erguer outra no mesmo lugar, e com o péssimo armazenamento de tais

⁷² MOURA, Carlos Francisco. As artes plásticas em Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX. Mato Grosso. Fundação Cultural de Mato Grosso, 1976, p 23.

⁷³ Inclusive nos dias de hoje a mesma passa por nova reforma, cujo o qual removeu completamente as escadarias de acesso à igreja, substituindo-as por rampas de concreto.

⁷⁴ A historiadora Marina Lacerda, em sua dissertação de mestrado, apresenta uma narrativa dos trâmites processuais envolvendo o processo de tombamento n. 553-T-57-A (01450.013234/2008-47)

itens (Anexo 1), conforme atenta o Diretor da 18º Sub-Regional, Claudio Quoos Conte, para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.⁷⁵

Aliás, é Claudio Quoos Conte quem deu continuidade à luta de Edgard Jacinto pelo tombamento dos altares.⁷⁶ Em 24 de novembro de 1994, ele encaminha para a coordenadora da 14º CR do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Celia Corsino, em caráter de memorando, a solicitação da revisão do processo de tombamento n. 553-T-57-A (01450.013234/2008-47) IPHAN/DET/MT, referente aos altares e demais bens integrados, onde acusa a não resposta do Arcebispo Dom Orlando Chaves, sucessor de Dom Aquino Corrêa, às determinações proposta pelo processo acima e reforça ainda a importância de tais itens, que naquele momento estava na Fundação de Cultura e Turismo de Mato Grosso e no Museu de Arte Sacra de Mato Grosso, instalado no Seminário da Conceição que se encontrava fechado com risco de desabamento. Em suas palavras: “Efetivar o tombamento destes altares será uma medida de grande impacto na sociedade cuiabana e mato-grossense, possibilitando com isto uma mobilização para sua remontagem”.⁷⁷

IPHAN/DET/MT. Nela são descritas as medidas afirmativas e burocráticas tomadas pelo Sr. Edgard Jacinto da Silva e destacado o descaso com que o processo foi tratado na época, resultando na demolição da Igreja e num jogo de empurra-empurra da culpa pela não efetivação da medida de preservação. LACERDA, Marina Duque Coutinho de Abreu. O IPHAN e a invenção dos lugares de memória em Cuiabá: as demandas e políticas de preservação do patrimônio histórico (1958-2013). 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2014, p. 43-44.

⁷⁵ Arq. Glaucia Côrtes Abreu. Memorando DEPROT/IPHAN n. 412/95. Revisão do processo de tombamento n. 553-T-57-A (01450.013234/2008-47) IPHAN/DET/MT. (Igreja do Bom Jesus – Cuiabá/MT. 27 de setembro de 1995.)

⁷⁶ Processo n. 553-T-57-A (01450.013234/2008-47) IPHAN/DET/MT. Seção de História “[...] Igreja Bom Jesus (altares, imagens antiga e peças de prata) (Catedral). Cuiabá – Mato Grosso” “Em decorrência as nossas pesquisas e estudos procedidos em monumentos do Estado de Mato Grosso e baseados na documentação recolhida ao arquivo, apresentamos... a proposta... de tombamento dos conjuntos dos altares, imagens antigas e pratarias da Catedral Metropolitana do Senhor Bom Jesus de Cuiabá... O interesse da inscrição destes monumento nos Livros do Tombo justifica-se, a nosso ver, por se constituírem os melhores exemplares inventariados nessa área cultural, que é pobre em obras setecentistas de cunho santuário.

⁷⁷ Claudio Quoos Conte. Memo n. 123/94. Tombamento altares antiga Catedral Bom Jesus de Cuiabá. 27 de setembro de 1995. Processo de tombamento N. 553-T-57-A (01450.013234/2008-47) IPHAN/DET/MT. O documento assinado pelo então diretor do IPHAN, Rodrigo M. F. de Andrade, em 1957, confirmava a inscrição no Livro Tombo de “Altares, imagens antigas e peças de prata da Catedral Metropolitana do Sr. Bom Jesus e da igreja de N. S.ª do Rosário, ambas em Cuiabá, Estado de Mato Grosso”; restando apenas então ao administrador do prédio onde se encontrava tais peças – no caso a Igreja Matriz – a confirmação da inscrição das mesmas em livro tombo, o que não ocorreu. Dom Orlando não respondeu aos memorandos e o processo estagnou naquele período, impedindo a salvaguarda dos retábulos e consequentemente do prédio que os abrigavam.

Mesmo com os esforços de Claudio Quoos Conte, o processo correu sem resultados imediatos até que, em pleno ano 2000, foi encaminhado a então Superintendente Regional 14º SR-IPHAN, Salma Saddi Waress de Paiva, o relatório redigido pelo historiador Prof. Dr. Pablo Diener, referente à análise dos quatro retábulos remanescentes da antiga catedral de Cuiabá⁷⁸ - mais um passo de vital importância para o desenrolar positivo do processo de tombamento, enfim finalizado em 30 de novembro 2011.

Inicialmente protegidos e reconhecidos por decreto do tombamento, os retábulos, por fim passaram por processo de conferência, restauração e montagem que permitiu a preparação de uma exposição permanente no Museu de Arte Sacra, onde antes era o Seminário da Conceição, anexo a Igreja de Nossa Senhora do Bom Despacho, no centro da cidade.



Fachada externa do MAS-MT. Foto retirada da internet.



Localização do MAS-MT. Foto retirada da página do facebook do museu.

Como dito anteriormente, a Catedral fora dinamitada em 1968. Pouco antes, os retábulos foram retirados, restando deles apenas vestígios, como as poucas fotografias; os poemas, e relatos de cronistas que passaram por uma Cuiabá cheia de vestígios coloniais; ou apenas a memória daqueles que conheceram e frequentaram a

⁷⁸ Claudio Quoos Conte. Memorando n. 184/2000 – 18º SubR/14º SR/IPHAN/MT. Encaminhamento relatório Pablo Diener Instrução e análise de Processos de acautelamentos Processos Sobrestados Processo n. 0553-T-57-A. Altares Catedral Cuiabá. 11 de dezembro de 2000.

antiga igreja. Afinal, mesmo depois de reconstruída não se encontrara espaço e nem interesse, por parte do poder eclesiástico local, de resgatá-las.

Daí para frente pouco ou nada se falou acerca destes retábulos, privando a população de vestígios que levam a um itinerário de relações de poderes, uma rota que passa por Goiás, São Paulo, que fazem-nos conhecer os estilos artísticos de uma época, cujo diálogo é também intenso com a arte e arquitetura europeia. Vestígios, que necessitaram ser protegidos sob a guarda de um espaço de memória, porque por interesses de outros não nos foi dada a oportunidade de habitar nosso imaginário. Pierre Nora destaca que:

Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido. Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da memória, mas dentro da história.⁷⁹

E dentro da história lidamos com a escassez de documentos a respeito dos retábulos. Todavia, estes não passaram tão despercebidos, descrições destes altares já haviam sido feitas antes. Na ausência de fontes “oficiais”, as crônicas, sonetos e outros signos, apresentam seus modos de falar, quebrando um silêncio da História. Para Lucien Febvre,

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem, mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, [...] com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta de flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos.⁸⁰

Esta pesquisa encaminhou neste sentido. A historiografia da própria Catedral do Senhor Bom Jesus de Cuiabá foi quem apontou o caminho.

⁷⁹ NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 8-9.

⁸⁰ FEBVRE, 1985, p. 249.

2.2 De onde vieram os retábulos

A primeira igreja era simples, construída com menos requinte que as suas sucessoras, ou melhor, suas futuras formas. O pesquisador da arte Carlos Francisco Moura diz em sua obra sobre as artes plásticas em Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX, o seguinte:

A matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá teve origem no tosco rancho pau-a-pique coberto de palha, construído em 1722 pelo capitão-mor Jacinto Barbosa Lopes. Em 1739, por iniciativa do vigário João Caetano Leite, a população contribuiu para elevar “uma formosa capela-mor” de paredes de taipa que envolviam a primitiva (...) Em 1740 foi reconstruída, contribuindo para isso com 12 vinténs cada habitante”.⁸¹

Tal igreja - construída com o ouro e fé da população cuiabana do século XVIII - muito maior que a primeira, recebeu especial atenção de Rubens de Mendonça, que cita Dom Aquino em sua obra:

Em 1739 o zelo do vigário, Padre João Caetano, dava início a construção da capela-mor, apelando, para os sentimentos religiosos do povo, ressaltando a necessidade da construção de outra igreja mais condizente com a prosperidade do lugar ‘por ser a que havia muito pequena, feita de pau-a-pique e coberta de palha’. Construindo, porém, a capela-mor de taipa socada e ‘tão ampla que lhe ficava dentro a antiga’, eis que já depois de coberta ameaçava ruir toda edificação, salvando-se, as pressas, as madeiras e talhas.⁸²

Aí está o primeiro vestígio da construção dos altares. As talhas tiradas as pressas, logo viriam a se transformar nos altares quando a Catedral enfim foi construída, como conta Rubens de Mendonça: “No ano... (1740) [...] sob a direção do Pe. Dr. José Pereira de Aranda, ‘grande operário e zelador da obra’, erguem-se as paredes, coloca-se

⁸¹ MOURA, 1976, p. 23.

⁸² MENDONÇA, 1978. p. 7.

a cobertura, constroem-se os altares e com pouco, ali era celebrado o ofício divino em mais digno recinto”.⁸³

Tais vestígios não param por aí. Com base em análise de crônicas e outras fontes, como fotografias, que permitem dar um vislumbre do extrato visual da obra, a foto em anexo abaixo oferece um panorama do interior da antiga catedral com os cinco altares.

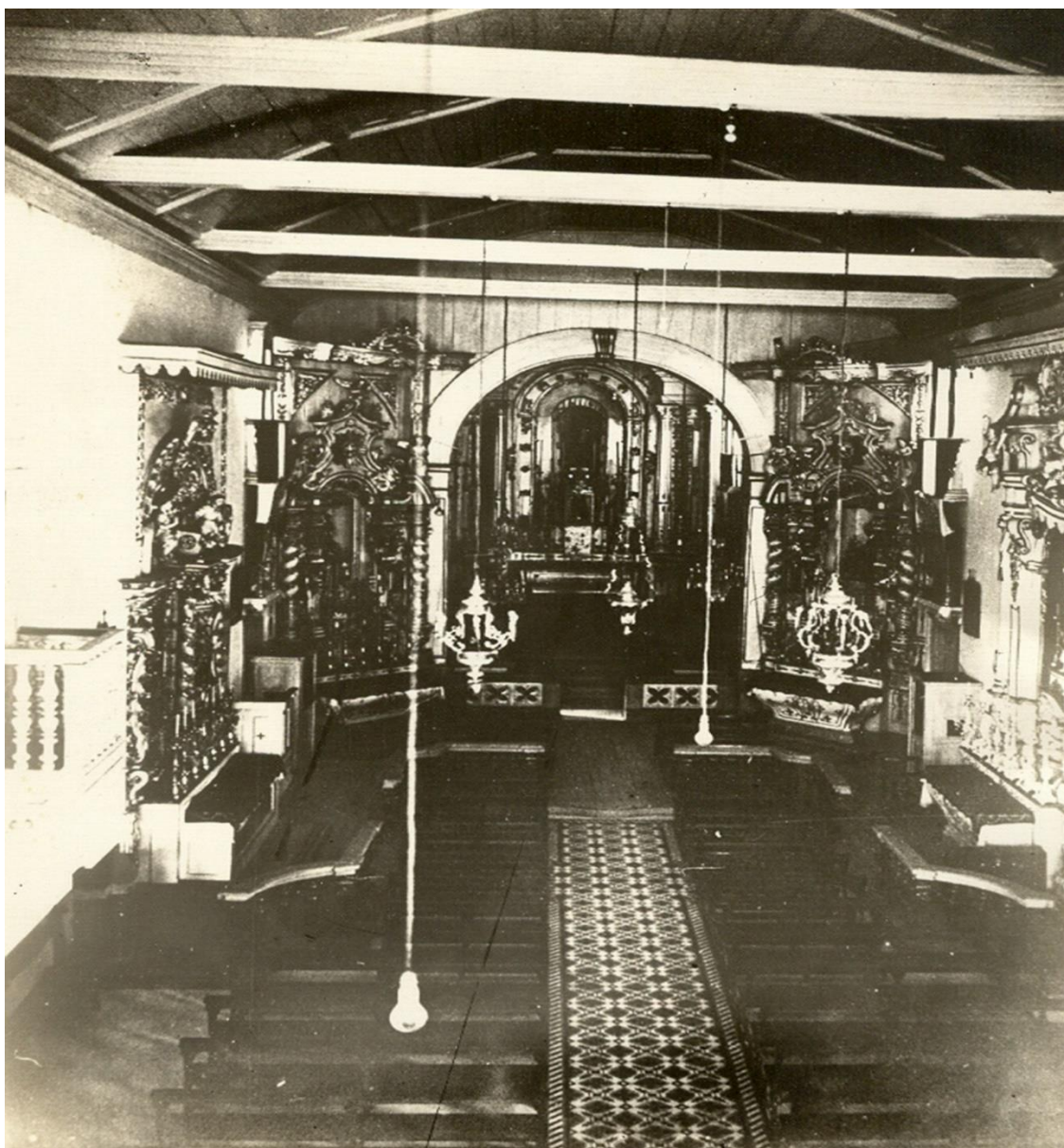


Foto de Edgard Jacinto da Silva (1956). Originalmente P&B, 18X12cm. Acervo Museu Histórico de Mato Grosso. Arquivo digital cedido por João Antônio Botelho Lucídio.

⁸³ Idem, p. 10.

O pesquisador Eduardo Etzel⁸⁴ descreve o interior da Catedral com seus altares: “A igreja era simples mas completa (...) Dos cinco altares, o da capela-mor e o altar lateral direito eram de estilo neoclássico; os demais de estilo barroco-rococó”. Em seguida, passo a resumir a descrição de Etzel⁸⁵. O altar-mor tinha colunas estriadas, sem volutas e com ornatos verticais. Os dois altares do cruzeiro eram considerados gêmeos, sendo tipicamente barrocos (Anexo 2 e 3). O frontão retangular era encimado por um amplo sobrecéu, e este frontão tinha, embaixo, uma arquivolta que dava acabamento ao nicho central. Elevavam-se de ambos os lados do retábulo, em duas colunas salomônicas externas estriadas no terço inferior de seu fuste e ornamentação fitomórfica nos dois terços inferiores. Seu nicho central era de considerável altura e continha um trono com dois degraus. Já o altar colateral direito (Anexo 4), de estilo neoclássico, possuía uma grande tribuna central, com dois degraus que compunham o chamado Trono da Tribuna.

A tribuna central era flanqueada por duas colunas compostas, constituída de três pilastras, postas em posição oblíqua. A base da tribuna era formada por um painel arqueado, reconhecido como Frontão do Trono e decorado com uma concha, volutas e borlas em relevo, tudo de forma harmoniosa e simétrica. Seus contornos repetem a linha do baldaquim acima da tribuna, perfeitamente harmoniosos. Quanto ao altar colateral esquerdo, o mesmo, de estilo barroco rococó (Anexo 5), era composto por duas colunas salomônicas junto ao nicho central e dois coartelões laterais; entre estes elementos, duas peanhas com dossel, para imagens. O frontão retangular era encimado por dossel. E molduras com ornados enquadrando uma arquivolta elaborada em talha barroco-rococó e baldaquim sobre o nicho.

Uma descrição dos retábulos foi publicada como resultado do projeto de extensão (PROEXT), coordenado pelos professores Cândido Rodrigues e Leandro Rust, do Departamento de História da UFMT, sob o título *Guia de Pesquisa - Organização e Disponibilização do Acervo do Museu de Arte Sacra de Mato Grosso*. O trabalho envolveu 14 bolsistas (estudantes de graduação em História da UFMT, dentre os quais o autor

⁸⁴ ETZEL, Eduardo. O barroco no Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1974, p. 230.

⁸⁵ Idem, p. 231-233.

deste trabalho, na época bolsista Proext-UFMT) e a então diretora do Museu de Arte Sacra, como supervisora, Vivene Lozi, entre os anos de 2011 e 2013.⁸⁶ Agora em 2018 um novo catálogo foi lançado, sob a coordenação e organização dos professores Cristiane Thaís Cerzósimo Gomes, Renilson Rosa Ribeiro e Vivene Lozi Rodrigues, contendo material exclusivo sobre os trabalhos desenvolvidos no MASMT, textos analíticos sobre a arquitetura do Seminário da Conceição, os procedimentos de remontagens dos quatro retábulos colaterais da Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, além de um conjunto de acervos fotográficos inéditos.⁸⁷

Antes de prosseguir é preciso se ater ao fato de que nesta igreja atuavam três confrarias: a do Santíssimo, a qual tinha o altar-mor, a do Senhor Bom Jesus, com o altar do cruzeiro, que ficava à esquerda e a de São Miguel e Almas, com o altar colateral direito; e que apesar da igreja ser dedicada ao Senhor Bom Jesus, a sua imagem em tamanho natural estava no altar do cruzeiro, e a imagem do Santíssimo é que estava no altar-mor, o de sua respectiva confraria.⁸⁸ Ainda sobre as confrarias, Etzel diz que elas tinham seus mortos enterrados em frente de seus respectivos altares.⁸⁹ A importância destes altares se torna inquestionável. São instrumentos do templo e “é graças ao templo que o Mundo é ressanificado na sua totalidade.”⁹⁰

Também visto os dados fornecidos pela obra de Rubens de Mendonça, intitulada *Igreja e sobrados de Cuiabá*, os altares começam a ser construídos a partir de 1740, quando a Catedral é enfim reconstruída sob a direção do Pe. José Pereira de Aranda. Surge então a dúvida: quem fora o responsável pela talha dos altares? Sem rodeios, a documentação não se ocupa de responder tal questão. No decorrer da pesquisa não foi encontrado nada que mencionasse em específico, quem de fato talhou as obras, e é provável que não exista mesmo esses registros, tendo em vista que não

⁸⁶ RODRIGUES, Cândido Moreira. RUST, Leandro Duarte. LOZI, Viviane. Museu de Arte Sacra: guia de pesquisa: organização e disponibilização do acervo do Museu de Arte Sacra de Mato Grosso. Cuiabá: EdUFMT, 2013. p. 27-29

⁸⁷ Museu de Arte Sacra de Mato Grosso: três décadas de preservação, valorização e educação patrimonial. (Org.) GOMES, Cristiane Thaís do Amaral Cerzósimo. RIBEIRO, Renilson Rosa. RODRIGUES, Viviane Lozi. Cuiabá: EdUFMT; Ação Cultural, 2018.

⁸⁸ ETZEL, 1974, p. 230.

⁸⁹ Idem. Ibidem.

⁹⁰ ELIADE, Micea. O sagrado e o profano. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 56.

existe aquele que remaneja o plano discursivo ou cria um campo discursivo, na noção de autoria de Michel Foucault.⁹¹ Para saber então quem esteve envolvido nos processos de feitura e composição, valemo-nos de conjecturas aproximativas da resposta. Durante o decorrer da pesquisa não fora encontrado nada que mencionasse em específico, quem de fato talhou as obras, e é provável que não exista mesmo qualquer referência, tendo em vista que a prática de se dar autoria a uma obra só se estabelece de fato a partir do século XIX, portanto muito depois das talhas terem sido concluídas. Resta saber então quem esteve envolvido em sua composição, mas atento que nos valem de conjecturas para nos aproximarmos de responder tal questão.

O primeiro passo foi buscar vestígios de época, perseguindo uma espécie de “paradigma indiciário”, como sugere Ginzburg ao defender o “método morelliano”⁹² de atribuir autoria às artes plásticas, no século XIX. Morelli, segundo Ginzburg⁹³, se atribuía autoria às pinturas italianas não assinadas considerando detalhes por vezes negligenciados como lóbulos das orelhas, unhas, formas dos dedos e dos pés.

Tal delimitação se torna extremamente difícil, tendo em vista a quantidade de reformas pela qual passou a igreja, desde suas primeiras décadas de existência. A primeira referência que encontramos é que “o Altar-mor recebeu em 1727 pintura-douramento, obra de certo Antonio Candido de Borba e Sá, natural de Sorocaba”.⁹⁴ É natural que o altar-mor seja o primeiro retábulo a aparecer na historiografia, entende-se que ele seja o principal e logo o primeiro a fazer parte da igreja, porém com certeza este seria modificado, assim como a igreja. Basta lembrarmos que, em 1739, o Padre João Caetano dava início à construção da capela-mor, local que abriga o altar-mor, pois era pequena a anterior, feita ainda de pau-a-pique e coberta de palha. Quando construída a que a sucedeu, então de taipa e muito maior do que a primeira, a edificação toda ameaçava ruir, por isso decidiram por retirar as pressas as madeiras e talhas.⁹⁵ Para no ano de 1740, sobre a direção do padre Dr. José Pereira de Aranda, ergueram-se novamente as paredes, enfim colocaram a cobertura e então construíram

⁹¹ FOUCAULT, Michel. 1972, p. 297.

⁹² GINZBURG, 1989, p. 145.

⁹³ Idem. p. 145.

⁹⁴ Estevão de Mendonça. O Dia. O Debate, ano II, n. 389, 18-1-1913, p. 1.

⁹⁵ MENDONÇA, 1978, p. 7.

os altares.⁹⁶ Sabe-se também que cada confraria fora responsável pela construção de seus respectivos altares. Fica evidente que os primeiros altares a serem construídos/finalizados, foram os do cruzeiro e o colateral esquerdo, de estilos barroco-rococó, como mencionado antes, e que o altar colateral direito, dedicado a São Miguel e Almas de estilo neoclássico, assim como o altar-mor, agora com características neoclássicas, foram finalizados depois, tendo em vista que a confraria mais nova dentre as três é justamente a de São Miguel e Almas, e que os estilos barroco e rococó são anteriores ao neoclássico.

Portanto, a documentação nos elucida que todos altares pertencem a segunda metade século XVIII, a dúvida seria a respeito do altar dedicado a São Miguel e Almas que pelo seu estilo seria mais certo especular que fosse do início do século XIX.

Tendo em vista isso, percebemos que Antonio Candido de Borba e Sá seria apenas o primeiro personagem encontrado que teria alguma relação com a construção dos altares, porém temos um vazio de quatro décadas, quando nada mais é mencionado a respeito da construção destes retábulos, até a década de 1780, como relata Carlos Francisco Moura:

Até o presente momento é desconhecido a documentação referente a construção dos retábulos da matriz. Entretanto uma passagem da crônica da cidade revela que o mestre pintor e dourador João Marcos Ferreira foi contratado nas minas de Goiás pelo capitão-mor José Pereira Nunes para dourar o retábulo da capela-mor, em cuja obras, em 1781, ele “se achava trabalhando”.⁹⁷

João Marcos Ferreira, mestre pintor e dourador, aparece como o grande responsável pela finalização das obras.⁹⁸ Ele já era referência em Goiás nesse período e talvez a semelhança constatada por Etzel, no retábulo neoclássico “[...] sobre as cornijas, no frontão dois anjos sem asas, eruditos, lembrando os anjos do altar do Senhor dos Passos..., em Goiás”⁹⁹, não seja meramente especulativa. Entendendo que as

⁹⁶ Idem, p. 9.

⁹⁷ MOURA, 1976. p. 23.

⁹⁸ MESQUITA, José Barnabé de. Religião e Tradicionalismo. Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso. Cuiabá, ano VIII, n XVI, 1926, p. 47.

⁹⁹ ETZEL, 1974, p. 230.

manifestações artísticas trazem consigo um sentido que não pode ser dissociável dos sintomas culturais e simbólicos na qual o autor da obra está inserido¹⁰⁰, surge a possibilidade de argumentar que a participação de João Marcos na construção da Catedral vai além dos ofícios de dourador e pintor.

O soneto de José de Mesquita¹⁰¹, *A Velha Catedral*, escrito e “publicado no seu livro *Terra do Berço*, no qual o ilustrado poeta decanta o nosso primeiro templo.”¹⁰², aborda o trabalho de João Marcos com um caráter de composição de formas e linhas dos retábulos: o ofício de talhador.

A VELHA CATEDRAL

[...]

II

Veja-os lentos passar, em Teoria obscura,
A refração do amplo vitral, por entre a nave,
Ao som do órgão dolente a encher o ar de doçura,
- Tal, pela tarde morta, em vôo lento de aves...

João Marcos, dourador, a te compor a pura
Linha do altar e a dos retábulos suaves;
Padre Aranda dirige a obra de arquitetura,
e Padre Duarte te ergue a torre, em linhas graves¹⁰³

Percebemos que o embasamento historiográfico do poeta e ex-desembargador é notável. Os grandes *obreiros* da construção da Catedral são todos listados. Tendo em vista isto, é no mínimo curioso ele atribuir ao ofício de João Marcos, este caráter de composição de linhas puras do altar e dos retábulos suave. João Marcos então é o autor de tal arte sacra? Tal título não pode ser atribuído a ninguém ainda, a historiografia ainda não deu esta resposta, mas com toda a certeza podemos afirmar que

¹⁰⁰ PANOFSKY, Erwin. Iconografia e iconologia: uma introdução ao estudo da arte e da renascença. In: Significado nas artes visuais. São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 47.

¹⁰¹ José Barnabé de Mesquita (1892-1961) foi um poeta parnasiano, romancista, historiador, jornalista e jurista brasileiro. Foi também desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, do qual foi Presidente por 11 anos (1929-1940), além de um dos principais incentivadores à fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso em 1919 e da Academia Mato-grossense de Letras em 1921, da qual foi Membro Fundador, presidindo desde a fundação até o seu falecimento.

¹⁰² MENDONÇA, 1978, p. 10.

¹⁰³ Idem. p. 10-13.

o mestre dourador esteve diretamente envolvido nas composições finais de tais retábulos. Porém as mudanças não parariam aí.

Carlos Francisco Moura, utilizando-se das crônicas de Joaquim Ferreira Moutinho, de 1869¹⁰⁴, observa que

[...] por ocasião dos festejos de aclamação a D. João VI, a matriz de Cuiabá, que “estava bastante arruinada”, sofreu uma grande reforma. “Desnudaram-se os altares, saíram deles as sagradas imagens, e todos os ornatos dedicados ao culto do Senhor, para ser entregue este respeitável templo aos artífices. Trabalharam eles com muita ativa diligência nesta não pequena tarefa, porque tudo se boliu, desde o teto até o pavimento, e tudo se aprontou como desejava, de maneira que tanto interna como externamente ficou parecendo um templo novo.”¹⁰⁵

Infelizmente os cronistas não pormenorizaram os trabalhos ou reforma executados nesses altares. Mas como afirma Carlos Francisco Moura, tudo fora modificado, inclusive, especulando, os altares, que podem ter sido ou alterados em sua totalidade, ou apenas redecorados (Anexo 6). É bem provável que fora nesse período que a tinta látex branco tenha sido inserido sobre as talhas, padronizando todos os retábulos com branca e os detalhes em dourado.¹⁰⁶

Porém não temos como precisar tal fato. O que se sabe a seguir é que o mestre artesão Henrique Veiga Valle refez o douramento e pintura dos retábulos em 1881¹⁰⁷, reinserindo sobre os mesmos novamente a tinta látex branca como pode ser observado na imagem em anexo. (Anexo 7 e 8).

Esses foram alguns dos personagens encontrados na história destes altares. Todos tiveram a sua importância na construção e preservação destes retábulos que são importantes vestígios da exuberância e requinte da arte barroca aqui no estado do Mato Grosso, afinal como já lembrava Carlos Francisco Moura: “o ouro descoberto

¹⁰⁴ Referência citada: MOUTINHO, Joaquim Ferreira. Notícia sobre a Província de Mato Grosso. São Paulo, 1869.

¹⁰⁵ MOURA, 1976, p. 24.

¹⁰⁶ Nos dias atuais por ocasião do processo de restauração e catalogação das peças que compõe estes retábulos, realizado no MASMT, a tinta látex branca fora removida, revelando a pigmentação policromada original dos altares.

¹⁰⁷ ETZEL, 1974, p. 234.

em Minas, Goiás e Mato Grosso forneceu não só recursos para a construção de igrejas como a própria matéria prima para o douramento e a talha”¹⁰⁸ destes altares.

Mas a importância destes retábulos não está só em seu valor artístico. Eles enquanto patrimônio histórico nos revelam vestígios do jogo político cujo discurso de transformação modernizante protagonizou o cenário político e econômico da capital do Estado do Mato Grosso a partir da década de 1960, uma vez que parte da elite da capital mato-grossense encontrava-se preocupada com a crescente eminência do poder econômico e sociopolítico da região sul do estado.

O grupo político dirigente do Estado de Mato Grosso se sente abalado, não só pelo crescimento da cidade de Campo Grande, candidata a ser a nova Capital do Estado, como também pelas mudanças ocorridas anteriormente em Goiás e em Minas Gerais, onde as capitais coloniais perderam o status de capital. A partir disso, incorpora em seus discursos a afirmação de que tudo o que fosse diferente do velho, independentemente da sua qualidade, firmava-se como expressão do novo, do moderno.¹⁰⁹

Afinal, enxergavam o “progresso do sul-mato-grossense [...] trombetear a decadência de Cuiabá e, conseqüentemente, a perda de seu status de Capital”.¹¹⁰

As transformações decorrentes deste período até hoje se fazem sentir na capital de Mato Grosso, pois com o discurso de modernização necessária, ocorreram uma série de demolições a fim de dar a cidade cuiabana um cenário urbano moderno. “Dava-se início aos atos drásticos de desrespeito ao passado. Entre os mais lamentáveis, [...] a demolição da Catedral em 1968”.¹¹¹ A mesma catedral, antiga, - do período colonial-, que abrigava os retábulos objetos de análise desta pesquisa.

Perceber tais eventos como sendo frutos de um processo histórico, movido por ações humanas, escolhas e processos burocráticos tem forte perspectiva didática. Tanto o patrimônio histórico em questão – os retábulos da antiga Igreja Matriz de Cuiabá - como os eventos desencadeados em função do processo de tombamento dos

¹⁰⁸ MOURA, 1976, p. 23.

¹⁰⁹ LACERDA, 2005, p. 42.

¹¹⁰ Idem, p. 36.

¹¹¹ Idem, p. 43.

mesmo podem ser trabalhados em sala de aula, numa metodologia que busque conhecer a narrativa histórica destes artefatos; a análise *in loco* (se possível) dos retábulos (atualmente restaurados e montados sob a guarda do Museu de Arte Sacra de Mato Grosso) e a análise documental do processo de tombamento dos mesmos.

Desta forma abre-se a oportunidade para que alunos e professores se instrumentalizem sobre quais os trâmites envolvidos no ato de dar a algo a qualidade de materialidade memorável através de um recorte histórico regional.

O objetivo principal reside na oportunidade de deixar claro para ambos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, que, a memória, os objetos, lugares, e costumes cujo os quais são construídos a narrativa histórica de uma sociedade são fruto de um processo permeado por ações humanas, ou seja, recorrentes de escolhas, como fica evidenciado nos parágrafos abaixo.

A pesquisadora Ludmila Brandão, em sua obra *A Catedral e a Cidade*, chama a atenção para o processo de modernização conflitante que tem seu marco com a derrubada da Catedral em 1968. Conflitante porque se caracteriza pela emergência de conflitos e problemas de identidade cultural.¹¹² Conforme atenta a pesquisadora, deu-se início a um cabo de guerra, onde quem vencesse - convencendo a população cuiabana da época - faria prevalecer seus interesses. Lamentavelmente foi a elite capitalista quem conseguiu convencer a população de que o antigo era sinônimo de atrasado; e o novo: moderno, funcional, ou seja, uma mola propulsora para o progresso. O Colonial, o antigo, já não satisfazia mais as exigências dessa sociedade moderna em ascensão, portanto a Igreja Matriz, símbolo e espaço de poder, responsável por “reunir todos os ramos da igreja, todos os eixos da sociedade”¹¹³, logo não ficaria fora desta onda modernizante, ou como muito se foi dito na época, não podia, visto o seu poder simbólico.

Em *A Catedral do Senhor Bom Jesus de Cuiabá: um olhar sobre sua demolição*, Leila Borges de Lacerda ilustra esse processo através de uma rica documentação, envolvendo jornais, folhetins e entrevistas, na qual ela evidencia o discurso modernizante protagonizado por figuras de diversos setores e instituições de

¹¹² BRANDÃO, 1997, p. 90.

¹¹³ LACERDA, 2005, p. 96.

poder da sociedade da época, afinal como Carlos Rosa chama a atenção na apresentação da obra:

As propostas de modernização do ambiente urbano de Cuiabá eram compartilhadas pelos governos estadual e municipal, por entidades da classe empresarial local e pelo arcebispado cuiabano, em sintonia, com as estratégias e táticas similares, do governo federal militarizado.¹¹⁴

E muitos são os artífices que dão sustentabilidade a esse discurso. Os argumentos seguem no sentido do pragmatismo arquitetônico ao dito progresso modernista, como podemos observar através de declarações como: a de Luis Philippe Pereira Freira ao jornal A Gazeta, em 22 de maio de 1998, onde ele diz: “o argumento para o lamentável fato é um só. As paredes feitas de adobe, com um metro e quarenta centímetros, não aguentavam mais e ruíam de qualquer forma”.¹¹⁵

O mesmo discurso que há muito já vinha sendo disseminado pelo Arcebispo Dom Orlando Chaves na comunidade católica. O clérigo se apropria de parecer de engenheiros e técnicos, que atestavam e davam força ao argumento de que a construção iria de fato ruir, precisando então de intervenções drásticas. “O representante do poder eclesiástico se apropria do discurso de modernização e propõe a construção da catedral que se adequava a esse discurso”¹¹⁶, reforçando a ideia de que a demolição seria a retirada do antigo, como sinônimo de ultrapassado, para dar lugar a uma edificação nova, dita moderna.

Paralelo a esse discurso a elite letrada cada vez mais dava declarações no sentido de que a Catedral não existia mais, que fora muito transformada, portanto não tinha em si mais a identidade que remetia aos anos de prosperidade das minas, seu século XVIII. Virgílio Corrêa Filho, bem antes da demolição da Catedral, já disseminava este discurso para a sociedade cuiabana: “Reformada mais de uma vez, perdeu recentemente, a fisionomia que trazia das eras passadas, com a substituição da fachada,

¹¹⁴ LACERDA, 2005, p. IV.

¹¹⁵ WERNECK, Keka. A Catedral ficou sem as relíquias. Jornal A Gazeta, Cuiabá, 22 de maio 1998, p. 7c.

¹¹⁶ LACERDA, 2005, p. 48.

que uma torre ladeava, à direita, pela atual, em que se ergueram duas simetricamente colocadas.”¹¹⁷



Fotografia da antiga Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá na década de 1950, já com a fachada reformada e o conjunto de torres idênticas. Acervo pessoal.

Declarações deste cunho ajudaram a anestesiar a população acerca dos interesses puramente capitalistas envolvidos por trás desta trama rumo ao progresso, como se de fato essa onda modernizante viesse favorecer a todos e não a uma pequena parcela elitista. Com a “demolição da matriz, ‘tudo era permitido’, sob a justificativa da modernização”¹¹⁸, e com tantos setores, instituições e ícones de poder, unidos sobre o

¹¹⁷ CORRÊA FILHO, Virgílio. Considerações acerca dos monumentos históricos mato-grossense. In: Anuário do Ministério da Educação. Rio de Janeiro: MEC, 1932. p. 401.

¹¹⁸ ROSA, Carlos Alberto. Evolução urbana de Cuiabá; notas históricas. Rio de Janeiro: SPHAN, 1995. Cadernos de documentos 2: Estudos de tombamentos, p. 105.

mesmo discurso: o de que era preciso transformar a capital, e deixá-la em sintonia com as aspirações do mundo capitalista moderno; grande parte da população cuiabana foi ludibriada acerca do próprio processo que culminou com a demolição da igreja matriz, conseqüentemente inaugurando um novo capítulo na história da cidade, que veio a desencadear uma série de transformações em sua fisionomia, deixando-a cada vez mais sem características de seu período colonial. Arrastando também os retábulos da antiga Matriz ao quase esquecimento, mas também despertando na população e nas instituições de preservação do patrimônio o sentimento de necessidade de se proteger aquilo que leva a categoria de materialidade memorável.

Nas palavras da historiadora Marina Lacerda,

A derrubada da antiga Catedral do Bom Jesus de Cuiabá pode ser entendida como a primeira grande cicatriz em nossa construção urbana do século XVIII, pois apesar da derrubada do Palácio Alencastro ter acontecido em 1959, somente após 1968 com a demolição da igreja é que se iniciam os grandes debates acerca da preservação.¹¹⁹

Em meio esta trama, as atitudes do Arcebispo Dom Orlando passam despercebidas, mas ao investigarmos a história destes retábulos somos encaminhados à análise do processo de tombamento n. 553-T-57-A (01450.013234/2008-47) IPHAN/DET/MT, iniciado na década de 1950, pelo já citado, Dr. Edgar Jacinto da Silva, e nos deparamos com os dois memorandos enviados pela DPHAN¹²⁰ de n. 782, datado de 14 de janeiro de 1957 (Anexo 9); e o n. 785, datado de 12 de março de 1957 (Anexo 10), sobre os quais o Arcebispo Dom Orlando não emitiu, oficialmente, resposta – o que comprometeu o segurança do tombamento definitivo – os documentos anteriores davam registro ao tombamento provisório¹²¹ – o que serviria como ação protecionista tanto para as talhas, retábulos e demais bens integrados, quanto para a própria igreja de características arquitetônicas do período colonial, pois “quando um bem é tombado

¹¹⁹ LACERDA, p, 25, 2014.

¹²⁰ Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

¹²¹ Cf. Lista de Bens Tombados pelo IPHAN (2015, p. 54). Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_Bens_Tombados_pelo_Iphan_%202015.pdf. Consulta 15/10/2017.

significa que foram reconhecida sua importância e valor histórico, sendo protegido de qualquer dano ou destruição”.¹²²

Todavia, como elucida a pesquisadora Leila Borges de Lacerda, as intenções do Arcebispo Dom Orlando não caminhavam no sentido da preservação da memória de uma Cuiabá do período colonial; mesmo que a importância de tais vestígios da cultura material da época já houvesse chegado ao seu conhecimento, através de notificações informando inscrição dos altares no Livro Tombo de Belas Artes Nacional, prontamente ignorados pelo clérigo.

Dom Orlando, sucessor da figura ilustre que fora Dom Aquino Corrêa, pensava em firmar e reafirmar sua identidade como figura de representação do poder eclesiástico na capital de Mato Grosso, portanto ele “incorpora os discursos modernizantes que são tecidos pela intelectualidade local e adota a posição de construir um Templo moderno, no mesmo espaço da antiga catedral”¹²³ marcando assim sua passagem pelo território cuiabano durante seu arcebispado.¹²⁴ E por consequência destes atos os altares não foram tombados, a catedral fora dinamitada em 1968, para ser reconstruída na forma com que se encontra até os dias de hoje, e a sociedade cuiabana ficou privada até recentemente de conhecer estas peças com origem no século XVIII, cujos vestígios se apresentam como significativos e únicos de uma Cuiabá de traços coloniais e monumentos artísticos do barroco presentes na tradição religiosa cuiabana.

Logo, cabe agora, problematizar o patrimônio histórico, o que nos leva diretamente as atitudes do Arcebispo Dom Orlando, que ignora as medidas preservacionista que recaiam sobre os altares e a Igreja, em decorrência de suas aspirações como novo condutor do rebanho católico da capital; nos leva também as pressões dos setores empresariais que tanto ansiavam a modernização, dita necessária; e a manipulação por parte da elite letrada, que disseminava o discurso modernizante por entre a “cuiabania”, e que fora de vital importância para o desfecho favorável à elite capitalista cuiabana.

¹²² LACERDA, Leila Borges de; JESUS, Nauk Maria de. Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Capela de São Benedito: um diálogo entre a história e a arquitetura. Cuiabá: Entrelinhas, 2008, p. 149.

¹²³ LACERDA, 2005, p. 76.

¹²⁴ Idem, p. 78.

Condenaram, tanto a antiga Catedral quanto aos seus altares ao quase esquecimento. A memória de uma Cuiabá antiga, dos tempos coloniais foi preterida à sedução da modernidade. Seus patrimônios históricos ficaram relegados ao tempo.

2.3 Considerações

Esquadrinhando pela historiografia referente aos retábulos da antiga Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, e consequentemente da própria igreja, nos é revelado diversos vestígios de tensões políticas que transformaram o cenário urbano da capital mato-grossense, elegendo quais monumentos - espaços de memória- iriam se perpetuar e quais já não condiziam com as novas aspirações de uma determinada parcela da elite cuiabana da década de 1960, que aspiravam uma cidade nos moldes modernos, acompanhando, a cada vez mais marcante, presença capitalista no interior do estado.

Dentro deste contexto aparece a figura do Arcebispo Dom Orlando Chaves, sucessor de Dom Aquino, que assume a responsabilidade de liderar o rebanho católico da capital do estado pretendendo firmar e reafirmar sua identidade como figura de representação do poder eclesiástico na capital de Mato Grosso. Dom Orlando assume então, em sincronia com alguns pensadores e figuras públicas da capital, o propósito de transformar o templo da cidade, marcando assim a passagem pelo arcebispado cuiabano e pela história da capital.

Junto com a transformação do templo, veio consequentemente à transformação dos retábulos, que de obras exuberantes do requinte artístico mato-grossense passaram a pedaços desmontados e quase esquecidos. Felizmente essa realidade se transformou nos dias de hoje. Os retábulos passaram por vários processos de catalogação, conferência, restauração e montagem, todos sob a supervisão da administração do Museu de Arte Sacra de Mato Grosso; que além de realizar um cuidadoso e carinhoso trabalho com tais peças, foi abertamente contribuinte para o desenrolar desta pesquisa, cedendo por diversas vezes espaço, ferramentas e documentos que auxiliaram a reunir o material fruto deste trabalho.

Portanto os retábulos, hoje protegidos, e remontados (anexos 11, 12, 13 e 14) graças ao processo de tombamento n. 553-T-57-A (01450.013234/2008-47) IPHAN/DET/MT, mostram-se como uma importante ferramenta de investigação do passado, revelando aspectos da vida cotidiana da população cuiabana e do cenário político da época, que marcado por disputas de poder, culminaram no processo de transformação modernizante da capital, responsável por grande parte das atrocidades cometidas aos monumentos e espaços de memória.

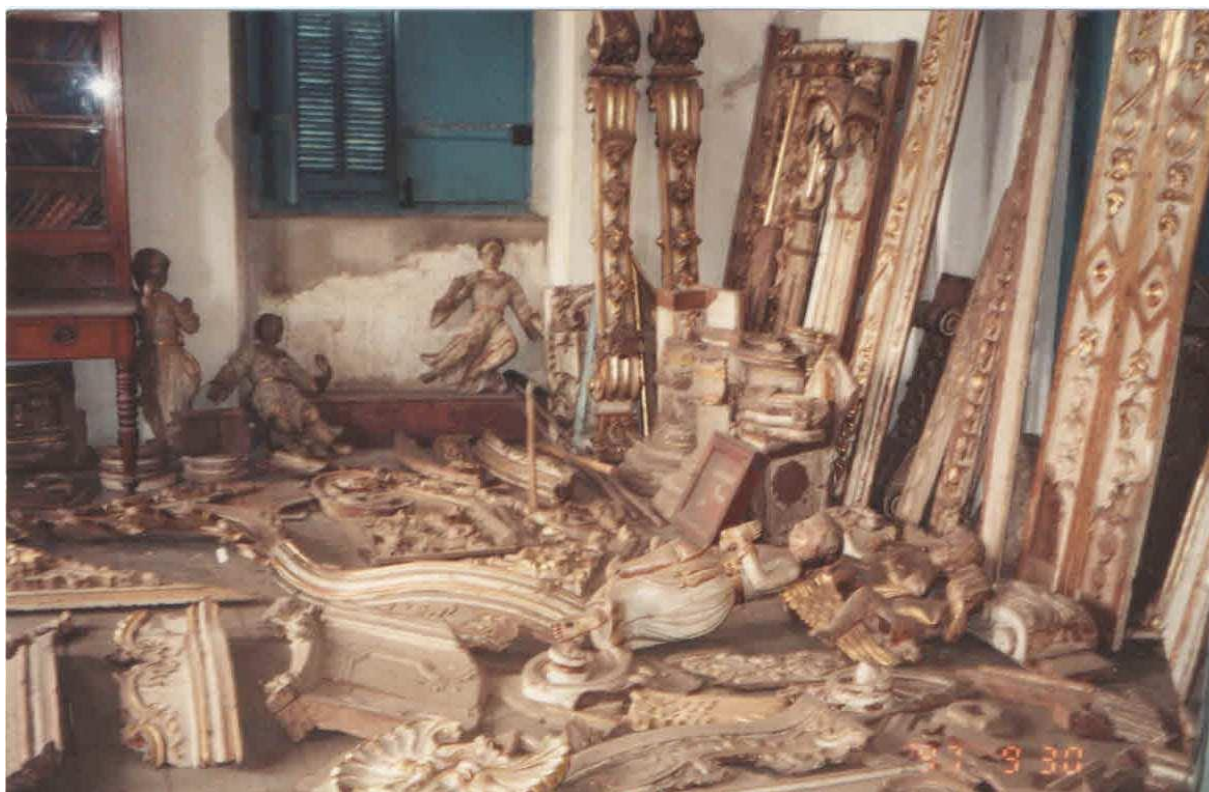
Estudar estes retábulos nos leva a problematizar questões do passado fornecendo ao professor instrumentos de ensino/aprendizagem que possibilitem aos alunos pensar a História enquanto história-problema, que “enxerga o passado como fonte de reflexão acerca do presente, indagando as inúmeras tensões e conflitos que se fazem em mudanças e permanências”.¹²⁵

Nesse sentido ao voltarmos os olhos para a historicidade destes altares, nos é revelado vestígios da vida cotidiana, do imaginário da época, e questões políticas envolvendo relações de poder, que em seus múltiplos desfechos alterou significativamente a memória cuiabana; e entendendo que a memória faz parte de lutas políticas, “torna-se tarefa da história interrogar sobre as relações de poder que residem nas produções de sentido para o pretérito, destacando conexões entre casos mais particulares com situações mais gerais”.¹²⁶

¹²⁵ RAMOS, 2004, p. 5.

¹²⁶ RAMOS, 2010, p. 409.

2.4 Imagens e histórias



Conjunto de peças pertencentes aos retábulos colaterais da Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Na fotografia os retábulos ainda haviam passado pelo processo de restauro, mostrando a tinta látex branco que havia sido aplicada durante uma das reformas pela qual a igreja havia passado no século XX. Fotografia em formato digital; acervo pessoal cedido por Viviane Lozi Rodrigues.



Altar do Cruzeiro direito: dedicado a Nossa Senhora de Sant'Ana. LUCIDIO, João Antonio Botelho. *Ofício e arte: fotógrafos e fotografias em Mato Grosso 1860 -1900*. Cuiabá: Carlini & Caniato: EdUFMT. 2008, s/p.



Altar do Cruzeiro esquerdo: dedicado a Nossa Senhora da Conceição. LUCIDIO, João Antonio Botelho. *Ofício e arte: fotógrafos e fotografias em Mato Grosso 1860 -1900*. Cuiabá, Carlini & Caniato; EdUFMT, 2008, s/p.



Altar Colateral direito: dedicado a São Miguel Arcanjo. LUCIDIO, João Antonio Botelho. *Ofício e arte: fotógrafos e fotografias em Mato Grosso 1860 -1900*. Cuiabá: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2008, s/p.



Altar Colateral esquerdo: dedicado a Santa Terezinha. LUCIDIO, João Antonio Botelho. *Ofício e arte: fotógrafos e fotografias em Mato Grosso 1860-1900*. Cuiabá: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2008, s/p.



Fotografia em formato digital; mostrando o interior da Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá anterior à sua demolição. Em destaque na imagem estão presentes os altares gêmeos do cruzeiro da nave principal da igreja. À esquerda está o Altar do Cruzeiro esquerdo: dedicado a Nossa Senhora da Conceição; já a direita encontra-se o Altar do Cruzeiro direito: dedicado a Nossa Senhora de Sant'Ana. Na fotografia os altares já não possuíam mais sua cor original, por cima foi utilizada tinta de látex branca. No centro da fotografia, na capela-mor, a reforma pela qual tanto o retábulo-mor quanto a capela passaram. acervo pessoal cedido por Viviane Lozi Rodrigues.



Fotografia em formato digital do processo de remontagem para exposição do Altar Colateral direito: dedicado a São Miguel Arcanjo no Museu de Arte Sacra de Mato Grosso; na fotografia o altar não havia passado ainda pelo processo de restauração por isso a tinta látex branca predominante por todo o retábulo. Acervo pessoal cedido por Viviene Lozi Rodrigues.



Fotografia em formato digital do processo de remontagem para exposição do Altar Colateral direito: dedicado a São Miguel Arcanjo no Museu de Arte Sacra de Mato Grosso; na fotografia o altar não havia passado ainda pelo processo de restauração por isso a tinta látex branca predominante por todo o retábulo. Acervo pessoal cedido por Viviene Lozi Rodrigues.

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Notificação nº 782

Rio de Janeiro,

14 de janeiro de 1957

Diretor do P.H.A.N.

Sr. Arcebispo de Cuiabá

Exmo. Sr. Arcebispo: a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a notificação nº 782, referente ao tombamento dos Altares, imagens antigas e peças de prata da Catedral Metropolitana de São Jesus e da Igreja de N.ª do Rosario, ambas em Cuiabá, Estado do Mato Grosso. Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exc. Revm. para os fins estabelecidos no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que foi determinada a inscrição, no Livro do Tombo das Belas Artes, a que se refere o artigo 4º, nº 3, do citado decreto-lei, das seguintes obras de arte religiosa pertencentes a essa Arquidiocese, de que V. Exc. Revma. é digno representante legal:

Altars, imagens antigas e peças de prata da Catedral Metropolitana do Sr. Dom Jesus e da Igreja de N.ª do Rosario, ambas em Cuiabá, Estado do Mato Grosso

Na expectativa da anuência de V. Exc. Revma. a este tombamento, e solicitando a V. Exc. a fineza de acusar recebimento da presente notificação, valho-me do ensejo para apresentar a V. Exc. Revm. os protestos de minha respeitosa estima e elevada consideração.

Rodrigo M.F. de Andrade
Diretor

A S. Exc. Revma.
D. Antonio Campelo Aragão, S.D.B.
Palácio Arquiepiscopal,
Cuiabá, Mato Grosso

553-T

c/

Em destaque o grifo da determinação da inscrição no Livro Tombo das Belas Artes dos altares da antiga Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá bem como imagens antigas e peças da prataria, endereçado ao Arcebispo Dom Orlando. Processo de tombamento Nº 553-T-57-A I.P.H.A.N/D.E.T. Seção de História. Notificação nº 782, datada de 14 de janeiro de 1957.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Notificação nº 785

Rio de Janeiro,

12 de março de 1957

Diretor do P.H.A.N.

Sr. Arcebispo de Cuiabá

: Igrejas de Cuiabá

Exmo. Senhor Arcebispo:

Confirmando os termos da notificação nº 782, de 14 de janeiro do corrente ano, endereçada ao Exmo. Sr. Dom Antônio Campelo Aragão, tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exc. Revma. para os fins estabelecidos no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que foi determinada a inscrição, no Livro do Tombo das Belas Artes, a que se refere o artigo 42, nº 3, do citado decreto-lei, das seguintes obras de arte religiosa pertencentes a essa Arquidiocese, de que V. Exc. Revma. é digno representante legal:

Altars, imagens antigas e peças de prata
da Catedral Metropolitana do Sr. Bom Jesus
e da igreja de N.ª S.ª do Rosário, ambas em
Cuiabá, Estado do Mato Grosso

Na expectativa da anuência de V. Exc. Revma. a este tombamento, e solicitando a V. Exc. a fineza de acusar recebimento da presente notificação, valho-me do ensejo para apresentar a V. Exc. Revma. os protestos de minha respeitosa estima e elevada consideração.

Renato Soeiro
Diretor Substituto

A S. Exc. Revms.
D. Antônio Campelo de Aragão, S.D.B.
Palácio Arquiepiscopal
Cuiabá. Mato Grosso

553-T

c/e

Em destaque o grifo da determinação da inscrição no Livro Tombo das Belas Artes dos altares da antiga Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá bem como imagens antigas e peças da prataria, endereçado ao Arcebispo Dom Orlando. Trata-se de uma segunda tentativa de contato com a figura eclesiástica. Processo de tombamento n. 553-T-57-A I.P.H.A.N/D.E.T. Seção de História. Notificação nº 785, datada de 12 de março de 1957.



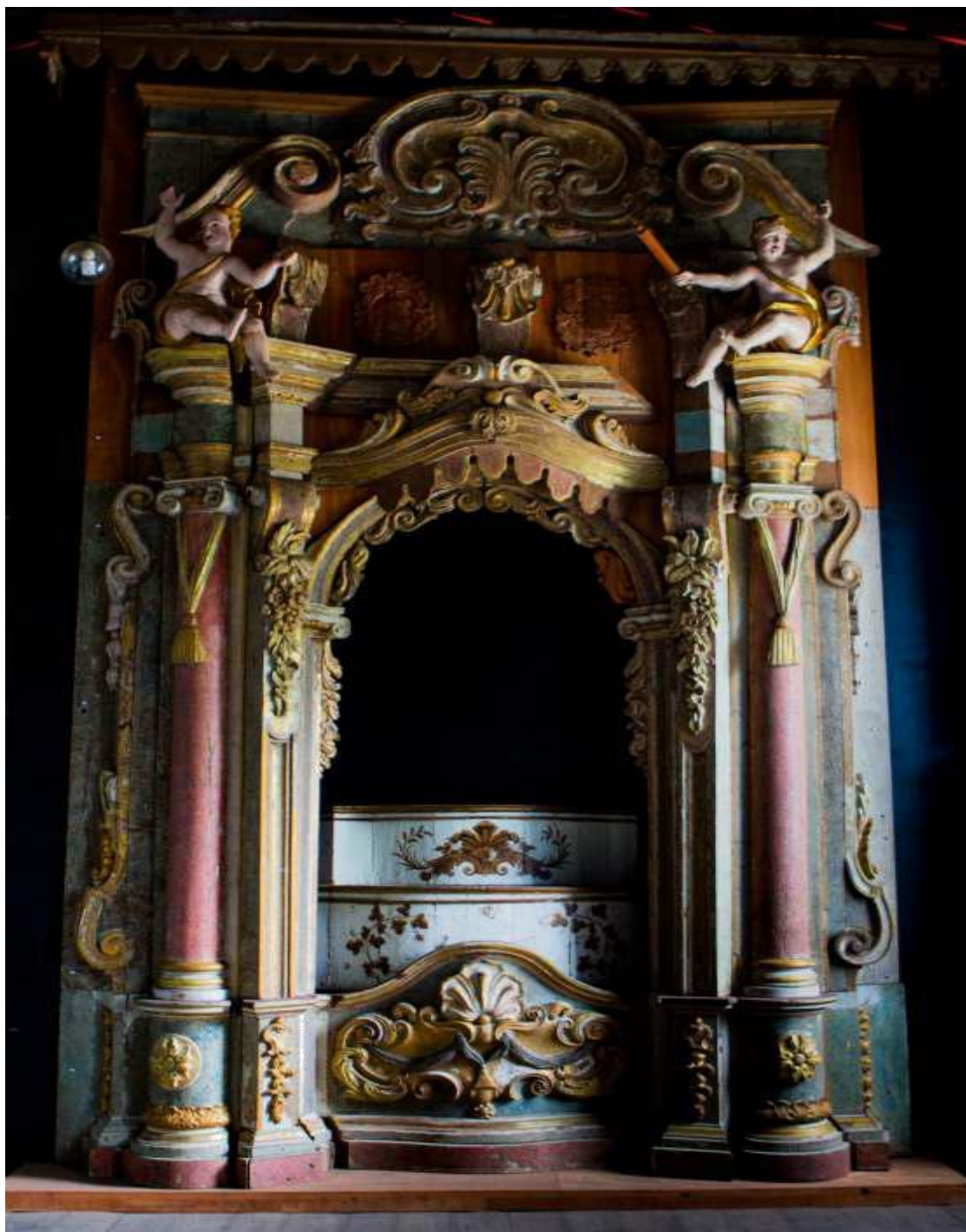
Montagem finalizada no MASMT do Altar do Cruzeiro esquerdo: dedicado a Nossa Senhora da Conceição em 2016. Museu de Arte Sacra de Mato Grosso: três décadas de preservação, valorização e educação patrimonial. (Org.) GOMES, Cristiane Thaís do Amaral Cezósimo; RIBEIRO, Renilson Rosa; RODRIGUES, Viviane Lozi. Cuiabá: EdUFMT; Ação Cultural, 2018, p. 86.



Montagem finalizada no MASMT do Altar do Cruzeiro direito: dedicado a Nossa Senhora de Sant'Ana em 2016. Museu de Arte Sacra de Mato Grosso: três décadas de preservação, valorização e educação patrimonial. (Org.) GOMES, Cristiane Thaís do Amaral Cezósimo; RIBEIRO, Renilson Rosa; RODRIGUES, Viviane Lozi. Cuiabá: EdUFMT; Ação Cultural, p. 86, 2018, p. 86.



Montagem finalizada no MASMT do Altar Colateral esquerdo: dedicado a Santa Terezinha, em 2016. Museu de Arte Sacra de Mato Grosso: três décadas de preservação, valorização e educação patrimonial. (Org.) GOMES, Cristiane Thaís do Amaral Cerzósimo; RIBEIRO, Renilson Rosa; RODRIGUES, Vivienne Lozi. Cuiabá: EdUFMT; Ação Cultural, 2018, p. 86.



Montagem finalizada no MASMT do Altar Colateral direito: dedicado a São Miguel Arcanjo em 2016. Museu de Arte Sacra de Mato Grosso: três décadas de preservação, valorização e educação patrimonial. (Org.) GOMES, Cristiane Thaís do Amaral Cerzósimo; RIBEIRO, Renilson Rosa; RODRIGUES, Vivienne Lozi. Cuiabá: EdUFMT; Ação Cultural, 2018, p. 86.

CAPÍTULO 3

CONSTRUÇÃO DE UM GUIA DIDÁTICO DE AÇÃO EDUCATIVA PARA VISITA AO MASMT PELAS ESCOLAS ORIENTADO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. UM INSTRUMENTO DE LEITURA E ENRIQUECIMENTO DA EXPERIÊNCIA COM PATRIMÔNIO DE CULTURA MATERIAL

3.1 Fontes primárias de investigação histórica na sala de aula

Certamente nas aulas de história haverá em algum momento a necessidade de se complementar a experiência didática com o uso das chamadas fontes primárias. Elas são necessárias no processo de ensino e aprendizagem na medida em que permitem que o aluno seja proativo no ato de questionar, e estão presentes das mais variadas formas nos livros e materiais didáticos de história.

Porém, para que a experiência citada acima alcance resultados positivos, é de extrema necessidade que o aluno consiga compreender os possíveis usos destas fontes; a começar pelo seu próprio material didático, que deve ser entendido como uma construção, onde as várias narrativas encontradas no mesmo são construídas, também, a partir da análise de diversas fontes primárias de investigação histórica, no caso aqui, denominadas de documento.

Sendo assim, é importante que tanto professor, quanto aluno, tenha em mente que o material didático é um discurso produzido com a intenção de comunicar conteúdos escolares; ele é, ao mesmo tempo, um mediador de conhecimento e facilitador de apropriações de conceitos. Trata-se de algo com materialidade e encontra-se inerente as escolhas e relações de políticas educacionais da sociedade que o produziu.

Já o documento deve ser entendido como algo que foi produzido com objetivo distinto da educação, mas que posteriormente pode ser utilizado com intenção didática e investigativa no decorrer do processo de ensino e aprendizagem.

Nas palavras da historiadora Circe Bittencourt, documentos são “todo conjunto de signos, visuais ou textuais, que são produzidos em uma perspectiva diferente dos saberes das disciplinas escolares e posteriormente passam a ser utilizados com finalidade didática”.¹²⁷

Para além, a compreensão do conceito de documento-monumento, inicialmente proposto por Foucault e apropriado por Jacques Le Goff, na obra *História e Memória*, é de substancial importância no processo de ensino e aprendizagem; por que conduz o aluno ao questionamento do documento enquanto algo cuja sua produção não escapa de tensões e ações humanas, desde a sua fabricação quanto a sua elevação há categoria de monumento histórico.

Tendo em mente que o que transforma o documento em monumento é a sua utilização pelo poder:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.¹²⁸

Logo, é preciso questionar o documento, tal como Michel Foucault já havia proposto em 1969.¹²⁹ Já não é concebível dentro das atuais diretrizes e parâmetros curriculares da disciplina de história que o mesmo seja inócuo. Ele é

“[...] resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado ainda que pelo silêncio.”¹³⁰

¹²⁷ BITTENCOURT, 2004, p. 297.

¹²⁸ LE GOFF, 1992, p. 545.

¹²⁹ FOUCAULT, 1972.

¹³⁰ LE GOFF, 1992, p. 547.

Portanto, tal percepção acerca do documento enquanto monumento apresenta-se como um dos recursos didáticos a serem explorados no processo de ensino e aprendizagem.

Logo se os trabalhos com fontes primárias de investigação histórica forem orientados através desta perspectiva potencialmente eles acabarão por instigar, nesse sentido, novos questionamentos que levam em consideração principalmente a bagagem sociocultural que cada aluno traz consigo a partir de suas próprias experiências; o que conseqüentemente leva a diferentes tipos de consciência histórica, distintas uma das outras, mas também, as vezes semelhantes; complementando assim, ao final, de maneira positiva a experiência de ensino e aprendizagem em história.

3.2 Educação patrimonial e a construção do material paradidático de história que enriqueça a experiência de aprendizagem em museus

Como dito no primeiro capítulo desta dissertação, o Ensino de História no Brasil assenta-se frequentemente em fontes secundárias, fazendo afirmações generalizantes e muitas vezes estereotipadas, o que conseqüentemente acaba por empobrecer o processo de ensino e aprendizagem principalmente no que diz respeito à formação da consciência crítica dos alunos acerca dos processos históricos que sua sociedade percorreu.

Nesse sentido, espaços com que alunos e alunas tenham contato com fontes primárias de investigação histórica, como arquivos públicos e museus, oferecem a possibilidade de contornar tais problemáticas, em especial por apresentarem ao público documentos de caráter não escrito também. Como ressalta Circe Bittencourt, “o importante é saber explorar historicamente qualquer “lugar” ...”.¹³¹

Museus em especial são espaços que oferecem a possibilidade de uma experiência quase que de imersão em um determinado universo, cujo o qual as peças e documentos ali expostos compõem e o recriam-no em forma de narrativa. Cada peça exposta num espaço como esse remonta aspectos da cultura material e imaterial de

¹³¹ BITTENCOURT, 2004, p. 280.

nossos antepassados, e em si são portadores de informações sobre costumes, técnicas, condições econômicas, ritos e crenças. De modo que enquanto instituição pública, torna-se, portanto, instrumento de ensino e aprendizagem.

Ademais, a relação entre os currículos escolares de história e a ações educativas promovidas pelos museus no Brasil está cada vez mais próxima. Lembrando que nem sempre fora assim.

Só a partir de 1946, com a criação do ICOM (Conselho internacional de museus), a preocupação pelos temas educativos voltou a estar presente nomeadamente nas reuniões do RJ, em 1958, ou em Paris, em 1971. Estes esforços educativos culminaram na criação do Comitê Internacional de Educação e Ação Cultural. Desde então, três aspectos têm centrado a análise do processo de reorientação museológico: a articulação museu-comunidade, o papel educativo do museu e a rentabilização das suas atividades.¹³²

Nesse sentido as ações voltadas para o ensino têm, cada vez mais, se centrado na relação com a comunidade local; com processo de ensino e aprendizagem; e os produtos dali resultantes e utilizados.

As peças, indumentárias e acervos não são mais apenas objetos de cunho recreativos pertencentes ao passado; agora, no atual contexto, passam a ser, sob essa perspectiva, documentos. E, como todo documento, tornam-se passíveis de serem questionados e utilizados como fonte de investigação acerca do passado.

Assim, um conjunto de quatro retábulos talhados em cedro rosa com características essenciais da arquitetura barroca colonial e neoclássica pode ser utilizado como exemplo de documento a ser questionado neste contexto.

Cito como exemplo essas peças arquitetônicas tendo em vista que: o produto a ser desenvolvido como resultado final do Mestrado Profissional em História (ProfHistória/UFMT) consiste justamente na produção de um Guia Didático de ação educativa para visita ao MASMT pelas escolas cujo o qual apresente uma narrativa que ilustre as transformações ocorridas na Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá e no espaço urbano entorno da mesma, a partir da trajetória dos bens patrimoniais tombados

¹³² PINTO, 2011.

pertencentes à referida igreja; sendo eles o conjunto de retábulos remanescente da Antiga Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, hoje protegidos sob a tutela do já referenciado anteriormente, processo de tombamento n. 553-T-57-A (01450.013234/2008-47) IPHAN/DET/MT.

Tal escolha de objeto para a construção do produto final deste programa se deu pensando nas duas escalas de atuação da educação patrimonial no ensino de história, sendo elas de constituição endógena e exógena¹³³, entendendo que a atual realidade do sistema de educacional brasileiro dificulta em muito uma relação harmoniosa entre os currículos escolares de história e a atuação das instituições governamentais no que tange a conscientização da população sobre a importância de se preservar e respeitar o patrimônio cultural brasileiro, tanto material quanto imaterial.

Portanto, buscou-se efetivar a elaboração de um material que possibilitasse estabelecer um equilíbrio entre a leitura e análise de documento enquanto fontes primárias de investigação histórica; e, ao mesmo tempo proporcionasse o enriquecimento da experiência com espaços de memória; como em específico nesse caso, museus. Tendo em vista ainda, que tais peças possuem a particularidade de estarem remontadas e prontas para exposição no Museu de Arte Sacra de Mato Grosso; além de terem seu processo de tombamento exposto em domínio público.

Tais peças quando questionadas enquanto documentos revelam traços da história local, de uma Cuiabá de requintes arquitetônicos e eruditos; colonial ainda em diversos aspectos quando concebidas.

Tinham o claro objetivo de impressionar a comunidade local, e fazer ponte entre o mundo simbólico do sagrado com os aspectos da vida cotidiana. Retábulos e Altares não eram montados de maneira leviana, eles

[...] guardam em sua estrutura, além de quaisquer propósito compositivos ou ornamentais, um conjunto de mensagens subliminares cuidadosamente estudados pela cúpula eclesiástica da Igreja Católica, com o objetivo de atrair de volta os fiéis que passavam a abraçar outras religiões. Oferecia-se assim ao fiel a possibilidade de

¹³³ Ambas escalas de atuação citadas acima são melhor explicadas no primeiro capítulo desta dissertação.

transpor esse “portal” e encontrar a salvação por intermédio do santo ao qual o altar fosse consagrado.¹³⁴

Porém, neste caso, são peças que ficaram por muito tempo guardadas em espaços fechados ao público, o que consequentemente acabou por resultar no distanciamento de tais símbolos da comunidade local, relegando-os ao quase esquecimento num momento em que, de fato, talvez o passado não seja mais tão interessante para a juventude nascida já no novo milênio, num mundo globalizado e acelerado.

Suas memórias, de maneira generalizante, resumem-se a fotografias imediatamente compartilhadas em redes sociais, que, em suas versões mais atualizadas, nem mesmo preservam o registro, como é o caso dos titãs do ramo: Instagram e Snapchat. Porém o fruto a ser colhido desta experiência de leitura e contato com o que foi, em um momento específico do tempo, considerado patrimônio cultural de sua sociedade, reside justamente no despertar do interesse por preservar. Como salienta a historiadora Maria Mendes Novaus Pinto,

[...] é necessário desenvolver nos jovens, através de um contato direto e constante com fontes patrimoniais, nomeadamente no âmbito local, sentimentos de responsabilidade em relação ao patrimônio histórico, e de pertença a comunidade portadoras de memórias necessárias a compreensão do presente e a reflexão crítica e construtiva sobre o futuro.¹³⁵

Não precisa necessariamente que este interesse reflita sobre o objeto abordado neste trabalho; pode muito bem irradiar-se sob aquilo que constitui sua identidade. O importante é que os alunos possam ao fim da experiência estarem aptos a reconhecer os aspectos que formam seu universo cultural viabilizando “(...) a formação de indivíduos capazes de conhecer sua própria história cultural”.¹³⁶

¹³⁴ COSTA, Mozart Alberto Banzizi da. A talha nos retábulos paulistas. In: Altares Paulistas. Resgate de um barroco. São Paulo: Museu de Arte Sacra, 2005, p. 20.

¹³⁵ PINTO, 2011, p. 1.

¹³⁶ TEIXEIRA, 2008, p. 207.

Estes retábulos constituem parte da memória de uma Cuiabá colonial; com requinte arquitetônico que acompanhava as tradições artísticas eruditas da época. Sua história acompanhou os entraves das transformações que a modernidade trouxe a capital mato-grossense, num processo que envolveu a demolição de uma Igreja Matriz, alargamento de avenidas, transformações arquitetônicas de vários casarões do período colonial brasileiro, reforma de praças e canteiros, dentre tantos outros verdadeiros canteiros de obra que se espalharam pela capital a partir da segunda metade da década de 1960.

Em meio a tantas reformas pelo centro histórico de Cuiabá; vários monumentos e espaços de memória foram reformados, reconfigurados ou até mesmo destruídos, num movimento impulsionado pelas tensões resultantes da chegada da modernidade em Cuiabá.

Consequentemente a memória local e a cultura regional também foram afetadas, mas até que ponto tais transformações se fazem sentir em meio a juventude escolar da região? Os quão “visíveis” tais aspectos são para os alunos e alunas de Cuiabá? E acima de tudo, ao se deparar com objetos, como os já citados retábulos, o que eles significarão para esses estudantes?

A educação patrimonial no ensino de história pode conduzir o aluno ao questionamento do patrimônio enquanto objeto de análise do passado. E o primeiro passo para isso é justamente conhecer o patrimônio. Barroso “[...] conclui que o conhecimento do patrimônio permite identificar os agentes sociais beneficiados com o bem cultural. É possível verificar quem participou da sua construção, quem usufruiu no passado desse bem ou dele ficou excluído”¹³⁷; mas muitas vezes, em função da dinâmica escolar e das dificuldades enfrentadas pelos museus, o patrimônio fica relegado a um lugar marginal no ensino de história nas escolas.

Muitas são as mazelas enfrentadas pelos professores; dentre elas estão, desde a reduzida carga horaria dedicada ao ensino de história em sala de aula à dificuldade enfrentada em deslocar os alunos e alunas aos espaços de memória da cidade. Em função disto muitas vezes o patrimônio de cultura material e imaterial são

¹³⁷ BARROSO, 2010, p. 23.

apenas “citados” dentro de sala de aula, forçando o professor a apelar muitas vezes à memória dos alunos, ou, utilizar-se das fotografias genéricas encontradas em plataformas de pesquisa da internet, onde quando tem em mãos algum aparelho como *datashow*, possa apresenta-las ao aluno. O que acaba por tornar a experiência com o patrimônio histórico muito rasa.

Pensando em contornar essas problemáticas muitas vezes o melhor caminho ao professor é justamente elaborar ou buscar materiais didáticos específicos que abordem questões sobre o patrimônio histórico. Ou melhor, sobre o patrimônio local. Afinal “quanto mais carente é um determinado assunto de informações nos materiais didáticos, mais interessante é a proposta de produzir sobre o mesmo.”¹³⁸, num movimento que pode levar os alunos a conhecerem mais sobre sua cultura regional, e perceber também quais aspectos culturais são elevados a categoria de patrimônio histórico; rompendo assim com a generalização sobre a memória muito presente nos livros didáticos de história. Portanto,

La elaboración de materiales didácticos en los contextos educativos municipales se constituye en una magnífica oportunidad para formular propuestas de materiales alternativos a los libros de texto, de tal manera que podamos suplir muchas de las carencias que estos presentan.¹³⁹

Elaborar um material didático permite uma maior aproximação com a cultura local, com os símbolos e signos que dão sentido a sua sociedade. Além de permitir um rol de questionamentos muito maior sobre quais os motivos de determinado objeto ou manifestação cultural ser elevado à categoria de patrimônio. Assim, “los materiales [...] pueden promover el descubrimiento de los nuevos espacios educativos existentes en el municipio, a fomentar el respeto por la diversidad cultural y favorecer el desarrollo de procesos educativos descentralizados”.¹⁴⁰

¹³⁸ LIA, Cristine Fortes; COSTA, Jéssica Pereira da; MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. A produção de material didático para o ensino de história. *Revista Latino-Americana de História*, v. 2, n. 6, 2013, p. 44.

¹³⁹ RODRÍGUEZ, Jesús Rodríguez; GARCÍA, Iván. La elaboración de materiales didácticos en los contextos educativos municipales. El proyecto educativo “ulla elemental”. *Bordón. Revista de Pedagogía*, v. 63, n. 3, 2011, p. 135.

¹⁴⁰ Idem.

Contudo, o desafio reside justamente em transformar o conhecimento científico acerca do patrimônio histórico em objeto didático, uma vez que o mesmo não fora produzido com tal finalidade, mas esta é apenas uma barreira a ser transpassada no processo de ensino e aprendizagem, que não deve de forma nenhuma se tornar um impedimento para a construção destes materiais didáticos. Promover o conhecimento sobre o seu próprio patrimônio e ainda de maneira crítica sobre o mesmo é um dos principais alicerces da educação patrimonial, além de que o “[...] conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.”¹⁴¹

Tendo em vista todas essas considerações, o material didático elaborado em função desta dissertação foi orientado através da perspectiva da educação patrimonial, justamente para aproximar os jovens alunos de seu próprio patrimônio e ao mesmo tempo promover instrumentos de análises que permitam os estudantes a questionarem objetos como retábulos de madeira, que foram elevados a categoria de patrimônio, enquanto documento. Logo para a elaboração deste material, esta pesquisa buscou responder antes de mais nada três perguntas específicas que nortearam o desenho deste material, sendo elas: O quê? Para quem? Para quê?

Respondendo tal como a ordem estabelecida acima, primeiro é preciso determinar com clareza o conteúdo presente no material didático (guia). Sendo que,

El contenido supone la existencia de una realidad susceptible de ser narrada a través de un medio. Al seleccionar la realidad que va a presentar a través del medio, se debería valorar hasta qué punto dicha realidad es susceptible de ser narrada en el lenguaje que utiliza el medio y con los recursos técnicos disponibles.¹⁴²

Portanto, foi preciso definir bem sobre quais aspectos seriam abordados no material, e principalmente, realizar o levantamento de fontes sobre o objeto em

¹⁴¹ Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial, 1999, p. 4.

¹⁴² VALVERDE BERROCOSO, Jesús. Diseño y elaboración de materiales didácticos multimedia, 2014, p. 6. Cf. http://sined.uaem.mx:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1094/Diseno_de_materiales_didacticos_multimedia.pdf?sequence=1

questão. Para tanto o segundo capítulo desta dissertação foi produzido justamente com a intenção de realizar esse levantamento de fontes e dados. Buscando reunir o conhecimento científico acerca destas peças e buscar seu significado enquanto patrimônio histórico entendendo quais as tensões envolvidas em sua elevação a categoria de bem de cultura material. A escolha resultante deste processo foi abordar as transformações ocorridas na Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá e a trajetória dos referidos retábulos de madeiras pertencentes à mesma.

Este levantamento e seleção de fontes necessita ser criterioso, uma vez que determinará quais atividades de ensino e aprendizagem podem ser elaboradas resultantes deste processo:

Es necesario que la información seleccionada esté contrastada respecto a su veracidad, actualidad, exhaustividad y, además, adaptada al objetivo y la posible audiencia. Hay que determinar el alcance, la profundidad y la amplitud con que el tema se va a tratar.¹⁴³

A próxima etapa é delimitar para quem este material está destinado. Esta etapa é fundamental pois irá definir o perfil do material, levando em conta em sua elaboração questões como idade dos destinatários, sua atual formação e quais as necessidades educativas que precisam ser supridas pelo material.

Tal escolha envolve antes de mais nada a determinação de qual linguagem será utilizada e qual o seu público alvo. Neste caso em questão buscou-se utilizar do recurso de construção narrativa, onde os acontecimentos envolvendo tanto a Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá quanto os quatro retábulos de madeira pertencentes a mesma fossem organizados de maneira cronológica; utilizando de recursos como glossário de palavras e conceitos para o melhor entendimento da narrativa; tendo em vista que o público alvo não domina terminologias e conceitos científicos específicos.

¹⁴³ Idem.

Por último, - mesmo que seja um processo que estará presente em toda a elaboração deste trabalho-, “[...] es necessário determinar caules son las metas o finalidades educativas que persigue nuestro material”.¹⁴⁴

Trata-se, portanto, de uma etapa fundamental neste processo, pois definiu quais aspectos didáticos envolvem o produto desta pesquisa. A escolhas resultantes desta etapa residiram no objetivo de instrumentalizar os alunos a perceberem o patrimônio histórico como resultante de um processo histórico, envolvendo escolhas, que ao longo do tempo foram feitas por pessoas imersas em tensões que muitas vezes refletiam seu próprio interesse; enxergando assim, aquilo que recebe a categoria de patrimônio histórico através da interpretação das múltiplas fontes históricas presentes tanto em espaços de memória como museus, ou em arquivos e sites de domínio público. Dando aos alunos a capacidade de compreender que a “percepção (o que vemos), memória (o que escolhemos recordar) e pensamento lógico (o sentido que atribuímos às coisas) diferem culturalmente, por que são construções culturais.”¹⁴⁵

Estabelecendo a devida conexão com os três pontos elencados nos parágrafos acima este trabalho pretende como resultado que os alunos e professores tenham em mãos, mais um, recurso didático que os permitam compreender o que constitui o patrimônio; e perceber a “historicidade das representações culturais”.¹⁴⁶



Em CD-ROM anexo à presente dissertação de mestrado consta do guia didático produzido como resultado parcial desta pesquisa.

¹⁴⁴ Idem, p. 7.

¹⁴⁵ PINTO, 2011, p. 133.

¹⁴⁶ VALEDA; LABORDE, 2009, p. 193.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

Esta dissertação é o resultado do programa de Mestrado Profissional em História (ProfHistória – UFMT) no decorrer de dois anos. O objetivo deste trabalho foi o realizar um estudo historiográfico sobre os retábulos da antiga matriz e reunir um arcabouço teórico-metodológico para elaboração de um *Guia Didático de ação educativa para a visita ao MASMT pelas escolas*, orientado sob a perspectiva da Educação Patrimonial; cujo qual apresente uma narrativa que ilustre as transformações ocorridas na Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá e no espaço urbano entorno da mesma, a partir da trajetória dos bens patrimoniais tombados pertencentes à referida igreja; sendo eles o conjunto de retábulos hoje protegidos sob a tutela do processo de tombamento n. 553-T-57-A (01450.013234/2008-47) IPHAN/DET/MT.

A concepção teórica e metodológica deste material foi a educação patrimonial por promover uma maior aproximação de jovens alunos e alunas de seu próprio patrimônio e ao mesmo tempo promover instrumentos de análises que permitam os estudantes a questionarem objetos como retábulos de madeira - que foram elevados a categoria de patrimônio - enquanto documento.

Esquadrinhando pela historiografia referente aos retábulos da antiga Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, e conseqüentemente da própria igreja, nos é revelado diversos vestígios de tensões políticas que transformaram o cenário urbano da capital mato-grossense, elegendo quais monumentos - espaços de memória- iriam se perpetuar e quais já não condiziam com as novas aspirações da cidade moderna.

Cabe agora, portanto, problematizar o patrimônio histórico. Na condição de obras de arte, os altares da antiga Catedral, demolida em 1968, servem para descobrir aspectos por vezes ocultos ou silenciados da história e memória da antiga Cuiabá; como em determinado tempo eles se sugestionaram e criaram para si necessidades e significados. Basta tomarmos de fato estes altares como documentos, indissociáveis de

seu contexto histórico, que tais obras de arte podem revelar tanto quanto qualquer outro documento do período colonial em Cuiabá.

Ao fim da experiência o aluno poderá entender a historicidade de parte de seu patrimônio cultural, mas para tanto é preciso que exista, em simultaneidade no processo pedagógico, a preocupação em enriquecer a experiência de se trabalhar com fontes patrimoniais através do processo de instrumentalização da leitura destes bens; respeitando contextos específicos e singulares do que constitui e lhe dá legitimidade tanto no tempo presente quanto no decorrer deste *continuum*.

O material didático que acompanha esta dissertação possui informações sobre os altares, desde sua historicidade até questões de cunho técnico, como material de origem, características estilísticas e ornamentais; bem como uma proposta de atividade a ser realizada em conjunto com o professor e alunos. Seu propósito é de enriquecer a experiência de visita ao Museu de Arte Sacra de Mato Grosso, dando instrumentos de leitura acerca da noção de Patrimônio de Cultura Material e as ações afirmativas de preservação do patrimônio para alunos do Ensino Fundamental.

A educação patrimonial no ensino de história pode conduzir o aluno ao questionamento do patrimônio enquanto objeto de análise do passado. E o primeiro passo para isso é justamente conhecer o patrimônio, mas muitas vezes, em função da dinâmica escolar e das dificuldades enfrentadas pelos museus, o patrimônio fica relegado a um lugar marginal no ensino de história nas escolas.

REFERÊNCIAS

- BARCA, Isabel; NAKOU, Irene (Ed.). Contemporary public debates over history education. IAP, 2010.
- BARROSO, Vera Lúcia Maciel. Educação Patrimonial e Ensino de História: registros, vivências e proposições. In: BARROSO, Vera Lúcia Maciel et al. (Org.). *Ensino de História: desafios contemporâneos*. Porto Alegre: EST Edições; ANPUH-RS, 2010, p. 7-29.
- BERTUCCI, Liane Maria; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Experiência e cultura: contribuições de E. P. Thompson para uma história social da escolarização. *Currículo sem Fronteiras*, v. 9, n. 1, p. 10-24, jan./jun. 2009.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- CAIMI, Flávia Eloisa. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 17-32, jul. 2006.
- COOPER, Hilary. Aprendendo e ensinando sobre o passado a crianças de três a oito anos. *Educar*, Curitiba, n. especial, p.171-190, 2006.
- COSTA, Mozart Alberto Banzizi da. A Talha nos retábulos paulistas. In: *Altare Paulistas*. Resgate de um barroco. São Paulo: Museu de Arte Sacra, 2005, p. 20 - 26.
- LIA, Cristine Fortes; COSTA, Jéssica Pereira da; MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. A produção de material didático para o ensino de história. *Revista Latino-Americana de História*, v. 2, n. 6, p. 40-51, 2013
- ELÍADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ETZEL, Eduardo. *O barroco no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1974.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Petrópolis: Vozes; Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972.
- FRANCASTEL, Pierre. *A realidade figurativa*. São Paulo: Perspectiva; Edusp, 1993.

FRONZA, Marcelo. Acultura histórica como possibilidade investigativa da educação patrimonial nas aulas de história. *Fronteiras: Revista de História*. Dourados, v. 18, n. 31, p. 169-185, jan./jun. 2016

FRONZA, Marcelo; RIBEIRO, Renilson Rosa. Aulas de História: a formação de alunos-leitores de mundo na contemporaneidade. *Espaço Pedagógico*. Passo Fundo, v. 21, n. 2, p. 304-317, jul./dez. 2014.

Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial, 1999.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais*. Morfologia e História. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOBBSAWM, Eric J. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOOPER-GREENHILL, Eilean. *Museums and Education: Purpose, Pedagogy, Performance*. Routledge, 2007.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: Iphan, 1999.

LACERDA, Marina Duque Coutinho de Abreu. O IPHAN e a invenção dos lugares de memória em Cuiabá: as demandas e políticas de preservação do patrimônio histórico (1958-2013). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2. ed. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1992.

LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica. *Educar*, Curitiba, n. especial, p. 131-150, 2006

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro; MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. Patrimônio, identidade e cidadania: reflexões sobre educação patrimonial In: BARROSO, Vera Lúcia Maciel et al. (Org.). *Ensino de História: desafios contemporâneos*. Porto Alegre: EST Edições, ANPUH-RS, 2010, p. 25-40.

MENDONÇA, Rubens de. *Igrejas e Sobrados de Cuiabá*. Cuiabá: SEC-MT, 1978.

MOURA, Carlos Francisco. *As artes plásticas em Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX*. Mato Grosso. Fundação Cultural de Mato Grosso, 1976.

Museu de Arte Sacra de Mato Grosso: três décadas de preservação, valorização e educação patrimonial. (Org.) GOMES, Cristiane Thaís do Amaral Cerzósimo; RIBEIRO, Renilson Rosa; RODRIGUES, Vivienne Lozi. Cuiabá: EdUFMT; Ação Cultural, 2018.

NAKOU, Irene. Educação histórica: o uso de ferramentas culturais relacionadas com a diversidade de experiências e atitudes dos estudantes. *Currículo sem fronteiras*, v. 7, 2007, p 137-159, 2007.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 7-23, dez. 1993.

Parâmetros curriculares nacionais: história. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

PINTO, Helena. Interpretação de fontes patrimoniais em Educação histórica. *História e Ensino*. Londrina, v. 8, n. 1, p. 187-218, jan./jun. 2012.

PINTO, Maria Mendes Novaus Faria. Educação Histórica e Patrimonial: concepções de alunos e professores sobre o passado em espaço do presente. Tese (Doutorado em Ciências da Educação). Universidade do Minho. Braga, 2011.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de História*. Chapecó: Argos, 2004.

_____. Uma questão de tempo: os usos da memória nas aulas de história. *Caderno Cedes*. Campinas, v. 30, n. 8, p. 397-411, 2010.

RODRÍGUEZ, Jesús Rodríguez; GARCÍA, Iván García. La elaboración de materiales didácticos en los contextos educativos municipales. el proyecto educativo “ulla elemental”. *Bordón. Revista de Pedagogía*. v. 63, n. 3, p. 133-149, 2011.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos.; GARCIA, Tânia Maria F. Braga. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano escolar em aulas de História. *Caderno Cedes*. Campinas, v. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005.

SILVA, Marcos A.; FONSECA, Selva Guimarães. *Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido*. Campinas: Papirus, 2007.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. Educação Patrimonial e políticas de escolarização no Brasil. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 467-489, jun. 2016.

SOARES, André Luís Ramos (Org.). *Educação Patrimonial: relatos e experiências*. Santa Maria: Ed da UFMS, 2003.

TEIXEIRA, Claudia Adriana Rocha. A Educação Patrimonial no ensino de História. *Biblos: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História*. Rio Grande, n. 22 (1), p. 199-211, 2008.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1981.

VALEDA, Luciana Rodrigues; LABORDE, André Luiz Portanova. Patrimônio cultural: uma possibilidade de intervenção Histórica no âmbito do ensino. *Ágora*. Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p181-193, jan./jun. 2009.

VALVERDE BERROCOSO, Jesús. Diseño y elaboración de materiales didácticos multimídia, 2014. Cf.

http://sined.uaem.mx:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1094/Diseno_de_materiales_didacticos_multimedia.pdf?sequence=1

VIANA, Imara da Silva; MELLO, Juçara da Silva Barbosa. *Educação Patrimonial e o ensino de História: diálogos*. Ouro Preto: EdUFOP, 2013.

YÁNEZ CASAL, A. Património e modernidade. In: *Museologia e Autarquias*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, 1999, p. 57-61.